

AS CONDIÇÕES SOCIAIS DA AGRICULTURA NO
DISTRITO FEDERAL

Regina Angela Landim Bruno

Tese de Mestrado apresentada ao
Departamento de Ciências Sociais
do Instituto de Ciências Humanas
da Universidade de Brasília

Brasília, maio de 1976

Este trabalho foi parcialmente financiado pelo Instituto de Planejamento Econômico e Social, IPEA/IPLAN, através de seu Programa de Financiamento de Teses - PFT.

Auxiliares de pesquisa:

Rosana Ulhôa Botelho

Silvia Maria Frattini G. Ramos

Maria Edith Rollemberg Lacerda

Luiza Massae Gushiken,

alunas do Departamento de Ciências Sociais da Universidade de Brasília - UnB.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos aqueles que me auxiliaram na realização deste trabalho, principalmente às seguintes pessoas:

- Prof. Maurício Vinhas de Queiroz (orientador)
- Evaristo Linhares
- Sérgio Pereira Filho
- Rosana Ulhôa Botelho
- Sílvia Maria Frattini G. Ramos
- Maria Edith Rollemberg Lacerda
- Ana Maria Skeff

"Eu gosto da agricultura porque não tem outro feito. Nasci e me criei na agricultura, mas é o trabalho mais sofrido que conheço. Já trabalhei na guarda urbana, o que ganhava era pouco mas o trabalho era muito mais suave do que o trabalho do lavrador. Quando se tem a terra é outra coisa, mas quando se trabalha em terra dos outros é duro. Mesmo na meia a gente sai sem nada. O lavrador para se sair melhor no serviço precisaria ter um pedacinho de terra e um pouco de ferramenta braçal dada pelo governo, senão não vai pra frente. Um fazendeiro é dono de uma imensidão de terra e o trabalhador trabalha pra ele ganhando pouco e morre pobre."

(Depoimento de um tomador de conta. - Núcleo de Vargem Bonita)

Í N D I C E

PARTE I - INTRODUÇÃO	1
1 - Os objetivos do estudo e o universo teórico de referênciã	2
2 - A pesquisa	6
 PARTE II - OS NÚCLEOS RURAIS DO DISTRITO FEDERAL: HISTÓRIA E ORGANIZAÇÃO	 11
 PARTE III - AS CONDIÇÕES SOCIAIS QUE ENVOLVEM A AGRICULTURA NO DISTRITO FEDERAL	 42
1 - A estrutura fundiãria e a produçãõ agrãria	43
2 - As condições de produçãõ e as formas de utilizaçãõ dos lotes rurais	51
3 - A exploraçãõ da força de trabalho na agricultura do DF	64
 CONCLUSÃO	 72
 NOTAS E REFERÊNCIAS	 73
 TABELAS	 76
 BIBLIOGRAFIA	 85

PARTE I

INTRODUÇÃO

1 - Os objetivos do estudo e o universo teórico de referência.

Nosso objetivo consiste, principalmente, em identificar quais as transformações ocorridas na estrutura sócio-econômica da área rural do Distrito Federal, como decorrência da introdução de uma política orientada para os objetivos de modernização da agricultura e de utilização de formas de produção capitalistas.

Paralelo a isso e com o propósito de melhor compreender a natureza dessas transformações, analisaremos as condições reais de funcionamento dos núcleos rurais que constituem o "cinturão verde" e que teriam por objetivo o abastecimento do DF e a formação de "comunidades produtivas".

O que nos levou a estudar as condições sociais da agricultura no DF, foi a constatação de que a formação de "cinturões verdes" representa um dos aspectos do estudo das condições em que vem ocorrendo, no Brasil, a implantação de políticas de colonização orientadas para o abastecimento de centros urbanos.

Na realidade, esses cinturões apareceram como solução alternativas para o problema do abastecimento de gêneros alimentícios de primeira necessidade e de consumo imediato. Eles nunca tiveram uma importância numérica expressiva e quase se pode dizer que a sua existência é mais de natureza experimental. No entanto, eles causaram grandes transformações na estrutura social e econômica das regiões em que foram introduzidos.

Observamos também que nosso estudo se constitui numa das questões muito debatidas pelos cientistas sociais, que é a de tentar entender o significado e a especificidade das medidas utilizadas pelo Estado para a aceitação do capitalismo nas formações sociais rurais do Brasil.

A estratégia política e econômica do Governo se baseia principalmente na modernização das áreas rurais. E particularmente, a política de formação de "cinturões verdes" retira seus fundamentos do esquema teórico que supõe como principal base da modernização, a introdução progressiva do capitalismo no campo.

Aceitamos a interpretação do prof. José de Souza Martins quando afirma que os componentes ideológicos dessa política de transposição do capitalismo para as áreas rurais são de natureza evolucionista e muito contribuem para a formação de estereótipos sobre o homem rural. Na realidade, esses estereótipos, i.e., a ideia de que a baixa produtividade do campo é causada em parte pela preguiça e analfabetismo do homem rural, são utilizados como justificativa para intervenção das instituições urbanas na vida rural e para utilização de programas assistenciais. (MARTINS, 1975)

A implantação dos núcleos rurais no DF seguiu esses mesmos objetivos de modernização da agricultura e de dependência unilateral do rural em relação ao urbano. Como observaremos, mais adiante, na segunda parte do traba

lho, são utilizados mecanismos oficiais de assistência junto aos agricultores. Os principais objetivos desses programas são a mudança nos padrões de comportamento do agricultor e a difusão de tecnologia.

A introdução de um "cinturão verde" no DF resultou principalmente no reordenamento da estrutura de posse das propriedades e na introdução de novas formas de exploração agrícola.

O reordenamento da estrutura de posse consistiu na desapropriação das terras pertencentes aos antigos proprietários e na introdução do sistema de arrendamento. Esse sistema assume no DF características diferentes das usualmente conhecidas, devido ao fato de que o proprietário das terras é o próprio governo. O arrendatário é o indivíduo que recebeu um ou mais lotes para trabalhar e que acumula todos os riscos relativos ao seu empreendimento. São pessoas que alugaram a terra do governo por um tempo determinado e por um preço fixo em dinheiro.

A introdução de novas formas de exploração agrícola resultou na transformação de uma economia agrária tradicional (baseada na grande propriedade e voltada para a pecuária extensiva) para uma economia onde a produção de mercadorias representa a base do desenvolvimento agrícola do DF.

Como observaremos mais adiante, quando desenvolvermos a segunda parte do trabalho, existe nos núcleos rurais uma tendência geral de reprodução de formas de exploração nitidamente capitalistas. Isso se manifesta:

- na tendência a formação de agro-empresas,
- na tendência à mecanização e à modernização da agricultura,
- na tendência à substituição da produção para consumo próprio pelo cultivo de produtos de alto valor comercial,
- na tendência à utilização da mão-de-obra assalariada.

Logo no início do trabalho percebemos que, apesar de todas essas transformações, os núcleos rurais não conseguiram, até o momento, realizar os objetivos de produção para o abastecimento e de formação de comunidades produtivas. Essa constatação era acompanhada por algumas observações que em princípio se definiam como importantes para o estudo. Observamos que:

- Não existe uma correspondência entre os objetivos propostos pelas instituições governamentais e o que realmente ocorre. A própria orientação da política, na medida em que não absorve os indivíduos que não apresentam "condições" para explorar os lotes, muito contribui para a intensificação dos casos de invasão de terra.

- Existe uma grande diversificação nas formas de exploração econômica dos lotes, desde aquelas organizadas em bases empresariais e voltadas para a produção de valor excedente até as que podem ser identificadas como economias de subsistência.

- Existe também uma elevada diversificação nas relações de tra

balho, que variam desde a utilização de assalariados até as mais variadas formas de parceria.

- O funcionamento dos programas de assistência técnica e financeira não atendem às necessidades dos agricultores.

A partir destas observações, pudemos então formular nossas proposições de estudo. A primeira seria a de procurarmos explicar porque o Estado, apesar de possuir o controle da terra e das condições institucionais necessárias à produção para o abastecimento, não conseguiu tornar os núcleos rurais economicamente rentáveis conforme seus objetivos. A segunda proposição seria a de identificar a forma como a exploração capitalista se reproduz na agricultura do DF e condiciona o funcionamento dos núcleos rurais.

Com base nessas proposições dividimos então o trabalho em duas partes. Na primeira procuramos apresentar a forma como se organizaram os núcleos rurais desde a época de sua implantação até o período de nosso estudo. Nosso objetivo é identificar, através das diferenças existentes entre as disposições legais e o que realmente ocorre, qual a natureza da política utilizada e quais as contradições que esta política faz surgir na formação social em estudo.

Na segunda parte procuramos analisar a estrutura sócio-econômica dos núcleos rurais. Nosso objetivo consiste em caracterizar o processo pelo qual a produção econômica se realiza e identificar as formas específicas de relações que se estabelecem entre os indivíduos e os objetos e instrumentos de produção.

De início, a discussão sobre os modos de utilização dos lotes e as formas de exploração da força de trabalho prevaleceram como decisivos. Ora, esse conjunto de elementos tão interligados teria que vir necessariamente referido às relações sociais de produção.

Por relações de produção consideramos o tipo específico de relação que se estabelece entre os agentes produtivos e os objetos e os instrumentos da produção, num processo de produção determinado.

Segundo Marx: "Na produção social de sua existência os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma super estrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas de consciência social". (1)

De fato, a análise das relações sociais de produção supõe uma super estrutura que mantém os agentes econômicos na distribuição de papéis e que faz (quando considerados como expressão de um modo de produção capitalista) de um grupo os proprietários dos meios de produção, e de outro, os produtores de mais valia.

Em seus estudos, Marx define as relações sociais de produção pelo tipo de propriedade dos meios de produção e em consequência, pelo modo de apropriação do produto social. Ele relaciona isso à necessidade de existência de uma organização política (definida através da força material do Estado) e de uma ideologia que atuam no sentido de impor e manter as relações.

O que nós procuramos utilizar no trabalho foram conceitos que, associados com a realidade, pudessem formar um conjunto teórico capaz de representá-la, e onde as relações sociais de produção desempenhassem o papel mais importante.

Concordamos com o prof. José de Souza Martins quando afirma que a principal dificuldade teórica das discussões dos problemas das sociedades agrárias no Brasil, é a identificação do tipo estrutural que a defina. A fonte básica dessa dificuldade está na indefinição das relações sociais de produção que não se apresentam claramente formuladas em termos de compra e venda da força de trabalho. Isso porque tipos intermediários como o parceiro, o agregado e o arrendatário estão presentes no processo produtivo e não configuram claramente a existência de um mercado livre de trabalho nem uma classe de proprietários dos meios de produção. (MARTINS, 1975)

Procuramos então ordenar um corpo organizado de conceitos, definidos principalmente a partir da forma específica como os fenômenos se manifestam na região. Procuramos também desenvolver uma análise que fosse capaz de situar o significado da participação de cada grupo no processo produtivo.

Para a sistematização das formas de utilização dos lotes, utilizamos principalmente dois conceitos: produtivo e improdutivo. O conceito de produtivo refere-se aos lotes cujo produto das explorações destina-se à reprodução da força de trabalho ou serve de meio e objeto de trabalho. Consideramos improdutivos os lotes que se destinam à satisfação pessoal e ao gozo das pessoas e aos objetivos de especulação com a terra.

O primeiro grupo, o dos lotes explorados para fins produtivos, foi subdividido em 3 subgrupos:

1. Os caracterizados como uma economia de mercado a nível de empresa, ou seja, os casos em que a produção não se define somente como produção de mercadorias mas é organizada e orientada principalmente para os objetivos de lucro.

2. Os identificados como uma economia de mercado a nível não empresarial, quando a produção se define também como produção de mercadorias e onde só eventualmente os agentes produtivos levam em conta os requisitos de multiplicação do capital e maximização do lucro.

ja força de trabalho é uma mercadoria que ele vende ao proprietário dos meios de produção, através de prestação de serviço e por um tempo determinado, e percebe seu pagamento com base numa quantia fixa em dinheiro.

Os parceiros foram identificados com as situações em que os contratos de trabalho se baseiam no estabelecimento de uma quota de participação no produto (meia, terça, etc), segundo as condições estipuladas entre as partes interessadas.

Queremos deixar claro que as classificações utilizadas não pretendem ser uma tipologia de situações, mas apenas uma tentativa de ordenar o que conseguimos perceber com a pesquisa empírica. A necessidade de formalizar teve sua origem no próprio desenvolvimento do trabalho. Ela nos facilitou uma maior compreensão da realidade.

Com base nesse ordenamento buscamos então resposta para as seguintes indagações:

- De que modo as condições institucionais da política favorecem ou dificultam o desenvolvimento dos núcleos rurais e quais os interesses reais que estão subjacentes às tentativas de introdução de propostas de colonização no DF?

- Como as estruturas tradicionais se modificaram sob o impacto de políticas orientadas para os objetivos de ampliação das formas de produção capitalistas?

- Até que ponto as alterações na estrutura de posse das propriedades e as alterações das formas de exploração dos lotes, tais como têm sido propostas, poderão atender às necessidades e aos objetivos de transformação da agricultura no DF?

Com relação à metodologia utilizada, procuramos principalmente encontrar, ao nível das significâncias entre os elementos, o caráter lógico das situações por nós percebidas. Desse modo, variação e relação representam os principais instrumentos utilizados para interpretar a realidade.

2 - A Pesquisa

A escolha da área rural do Distrito Federal como unidade de estudo, deve também ser justificada.

Em princípio, a idéia de se analisar as condições sociais que envolvem a agricultura no Distrito Federal, teve como ponto de apoio e de partida, a leitura do trabalho realizado em 1966 pelos professores José Pastore, Fernando A. S. Rocha e Eugene A. Wilkening, sobre "A Agricultura e o Homem no Distrito Federal". (2)

O estudo de Pastore pode ser considerado como um levantamento

inicial das condições em que é praticada a agricultura no DF. Ele teve por objetivo, "além do estudo sobre a adaptação e ajustamento dos migrantes às novas condições (...) a análise de fatores ligados à capacitação técnica dos agricultores, assim como seu nível de produtividade agrícola, suas aspirações em relação à agricultura e sua integração na sociedade local e nacional". (3)

Partindo dessas premissas, os autores chegam à conclusão de que, a agricultura, da forma como é praticada, enfrenta sérios problemas relativos não só à precariedade de condições do solo mas também à deficiência do nível de capacitação técnica dos agricultores. O que resultou numa economia com fortes traços de subsistência, onde o baixo nível da produção e da produtividade não tem sido suficiente para o abastecimento do mercado local.

No estudo de Pastore os agricultores foram distribuídos em dois grupos sociais maiores - invasores e colonos - e classificados segundo o "status" relativo à posse da terra. (4)

Com base nessa classificação, os autores tentaram então realizar um estudo comparativo sobre:

- montante da produção
- níveis de produtividade
- características sociais e educacionais
- capacitação técnica e
- condições de comercialização dos produtos.

Esse procedimento visou a identificação das condições que influenciam ou mesmo determinam os níveis de produtividade agrícola dos dois grupos já classificados. Teve por objetivo apresentar uma resposta para as diferentes suposições levantadas pelos órgãos responsáveis pelo desenvolvimento agrícola na região. As suposições defendiam as seguintes premissas:

- A capacitação técnica dos invasores e suas intenções em continuar na agricultura são tão baixas que de nada valeria a legalização daqueles trabalhadores nos núcleos rurais.

- Os invasores, de um modo geral, possuem um mínimo de conhecimento e outras potencialidades. E com a ajuda do serviço de extensão, eventualmente eles poderiam experimentar sucesso em suas atividades agrícolas.

- E uma última suposição, segundo a qual a produtividade e eficiência dos invasores seria mais elevada do que a dos arrendatários legais dos núcleos. (5)

Os que defendem esta última posição, argumentam que no momento em que os lotes fossem distribuídos a esses invasores e sua situação legalizada, eles baixariam sua produtividade pois redefiniriam sua situação em termos de mais segurança, uma vez que se considerariam então proprietários.

Inicialmente pensamos utilizar o trabalho de Pastore, e observar (através de um estudo comparativo) que modificações teriam ocorrido na a

gricoltura do Distrito Federal nesse espaço de tempo. Porém, logo após nossas primeiras reflexões e definições de objetivos, ficou evidenciada a impossibilidade de conjugar ou mesmo comparar nosso estudo ao relatório do autor. Isso porque, se de um lado partimos de premissas e suposições diferentes para caracterizar a mesma realidade, de outro, a investigação de Pastore, devido à natureza de relatório, resultou muito incompleta e restrita, situando-se no plano das considerações iniciais.

Mesmo assim, ela significou uma importante contribuição, tanto para um maior conhecimento da região, como também na identificação de situações e problemas específicos à forma como foi orientada a política de distribuição de terras, quando de sua fase inicial de implantação.

De posse dessas informações partimos então para um segundo passo da investigação: a realização de entrevistas junto ao pessoal técnico e administrativo dos órgãos responsáveis pelos núcleos rurais. Com isso buscávamos algumas informações mais atualizadas sobre os seguintes pontos: critérios utilizados na classificação e divisão das regiões; caracterização da estrutura fundiária existente; formas e condições de funcionamento dos núcleos rurais; requisitos para o acesso aos lotes e tipos de explorações desenvolvidas nos núcleos.

Feito este primeiro levantamento e o seu devido confronto com os dados disponíveis, procuramos então delimitar o universo de estudo.

Para realização da pesquisa de campo, foram excluídas do trabalho as seguintes áreas:

(a) As antigas propriedades ainda não desapropriadas, visto constituírem terras em transição e em processo de regularização.

(b) As áreas governamentais, por não constituírem zonas agrícolas ativas.

(c) As áreas urbanas.

Sendo assim, o estudo compreendeu as áreas dos núcleos rurais (que correspondem a 9,0% da área total do DF), e dentre os 14 núcleos existentes foram selecionados os seguintes:

<u>Núcleos Rurais</u> (ver Tab. 01)	<u>Nº lotes existentes</u>	<u>Tamanho dos lotes (ha)</u>
Vargem Bonita (6)	63	2.163,60
Sobradinho 1	56	3.480,00
Sobradinho 2	42	1.780,00
Alagado	27	1.213,00
Santa Maria	18	699,80
Rio Preto	151	14.700,00
Taguatinga	73	3.217,50
TOTAL	427	27.253,90

Pensamos com isso, reunir numa só amostra a maior diversidade de situações e estudar desde os núcleos bem desenvolvidos até aqueles que ainda enfrentam sérias dificuldades de funcionamento.

A escolha dos núcleos que comporiam o nosso universo de estudo, baseou-se tanto nas informações apresentadas por Pastore, como nas observações dos técnicos do Departamento de Terras e Colonização - F.Z.D.F. G.D.F.

A primeira constatação que fizemos, foi a de que a maioria dos núcleos rurais localizam-se na periferia das cidades satélites e formam com estas últimas uma certa unidade.

Desse modo, foram selecionados de acordo com as diferentes regiões do DF, os seguintes núcleos: (ver tabela nº 02)

1 ^a Região	- <u>Brasília</u>	- Núcleo Hortícola Suburbano de Vargem Bonita
2 ^a Região	- <u>Gama</u>	- Núcleo Rural de Alagado Núcleo Rural de Santa Maria
3 ^a Região	- <u>Taguatinga</u>	- Núcleo Rural de Taguatinga Guariroba (7)
5 ^a Região	- <u>Sobradinho</u>	- Núcleo Rural de Sobradinho 1 Núcleo Rural de Sobradinho 2
8 ^a Região	- <u>Jardim</u>	- Núcleo Rural de Rio Preto

De posse das informações obtidas através do pré-teste, foi possível formular o roteiro para as entrevistas a serem realizadas junto aos agricultores dos núcleos rurais acima citados.

Utilizamos, basicamente, duas formas de abordagem, uma primeira mais sistemática que exigiu a formulação e aplicação de questionários. Uma segunda forma consistiu na realização de entrevistas onde não procurávamos os informantes com um roteiro pré-estabelecido. À medida que as entrevistas iam sendo realizadas e os problemas identificados, é que o roteiro ia se delineando.

De um modo geral, o roteiro das entrevistas ou questionários realizados com os arrendatários, sub-arrendatários e invasores constava de um ítem introdutório, no qual eram solicitados dados pessoais do entrevistado, dados relativos à sua família e dados sobre sua condição de vida. Num segundo ítem era solicitada a história de vida do informante, especialmente referida à sua situação em relação ao arrendamento. Num terceiro ítem, a descrição das condições de produção, comercialização, utilização de mão de obra, tecnologia e insumos. Finalmente eram solicitadas do informante a avaliação de sua própria situação e perspectivas.

O roteiro para os tomadores de conta, caseiros, meeiros e agregados, seguiu os mesmos critérios utilizados no roteiro anterior, com a única

diferença de que aqui eram solicitados com mais detalhes a explicação das condições de trabalho e a descrição de seus vínculos com o arrendatário.

Consideramos que a natureza das informações que estávamos preocupados em perceber, dispensava na maioria das vezes, tratamento quantitativo mais sofisticado, e conseqüentemente uma preocupação maior com o rigor estatístico na seleção da amostra. Mesmo assim, procuramos torná-la o mais abrangente possível, pois de início ficou evidenciado que os núcleos rurais, longe de se apresentarem como realidade homogênea e uniforme, continham determinadas particularidades que, além de exigirem um tratamento mais específico, nos levaram a utilizar uma forma de abordagem que denominamos de "situação reforço", ou seja, a realização de entrevistas em outros núcleos que não os contidos na amostra.

Foram aplicados questionários junto aos informantes dos seguintes núcleos rurais:

<u>Núcleos Rurais</u>	<u>Nº de lotes Pesquisados</u>	<u>Nº de Questionários Aplicados</u>
Alagado	10	10
Sobradinho I	29	25
Taguatinga	27	24
Rio Preto	50	43
Vargem Bonita	26	24
TOTAL	142	126

Para obtermos um número de entrevistas que considerávamos suficiente e representativo, foi necessário na maioria das vezes, visitar quase todos os lotes do núcleo. Apesar disso demandar mais tempo que o necessário, foi importante porque contribuiu para um maior conhecimento da situação geral dos núcleos e suas condições de funcionamento.

No sentido de completar e confirmar algumas das informações fornecidas pelos informantes, procurou-se ainda entrevistar os serviços existentes no núcleo, como por exemplo: escola rural, posto de revenda, posto médico e serviço de administração, etc.

PARTE II

OS NÚCLEOS RURAIS DO DISTRITO FEDERAL:

HISTÓRIA E ORGANIZAÇÃO

Com o objetivo de identificar as diferenças existentes entre as disposições legais da política de formação de "cinturões verdes" e o que realmente ocorre, e de observar as contradições que esta política faz surgir na estrutura agrária em formação, analisaremos aqui a forma como se organizaram os núcleos rurais desde a época de sua implantação até o período de nosso estudo.

Para isso, dividiremos esta segunda parte nos seguintes pontos:

- 1 - Quanto à desapropriação das terras
- 2 - Quanto à divisão e destinação da área
- 3 - Quanto à redistribuição dos lotes a pessoas interessadas em produzir
- 4 - Quanto ao sistema de arrendamento utilizado
- 5 - Quanto à utilização de programas assistenciais

Com a aprovação do plano diretor para a construção de Brasília, em 1956, uma área de aproximadamente 6.000 km², situada no Estado de Goiás, passou a ser intensamente trabalhada para que viesse a ser formado o novo Distrito Federal.

Grande extensão desta região hoje incorporada ao DF, fazia parte dos municípios goianos de Formosa, Planaltina e Luziânia. Suas terras eram predominantemente pobres e a maior parte se encontrava abandonada. Devido a existência de melhores solos dentro do próprio Estado de Goiás, essa região, hoje incorporada ao DF, nunca apresentou condições econômicas satisfatórias, limitando-se à exploração de pequenas lavouras de subsistência dentro das grandes fazendas de gado. Eram terras de criadores e formadores de boiadas.

A ocupação inicial desses municípios foi baseada quase sempre em imperativos ocasionais e refletiu a descontinuidade desses fatores, que não foram suficientes para produzir as condições que assegurassem o maior desenvolvimento agropecuário da região. (8) E mesmo quando essas condições existiram, como foi o caso de Formosa (9), as dificuldades de escoamento dos produtos eram tamanhas que anulavam qualquer tentativa de uma produção mais racional.

Até o momento das primeiras transformações, essa era a situação geral da região escolhida para a implantação do novo Distrito Federal: terras predominantemente pobres e de baixa produtividade; a presença de latifúndios improdutivos, (quando muito voltados para a criação extensiva e a exploração de pequenas lavouras de subsistência) e o predomínio de formas de exploração tradicionais onde era comum a utilização de relações de parceria ou outras formas de participação dos camponeses nos frutos da produção.

O baixo potencial de fertilidade dos solos na região era evidente, como também eram evidentes as divergências entre o pessoal técnico responsável pelos planos de desenvolvimento de atividades agrícolas voltadas para a produção de mercadorias. Alguns dos técnicos consideravam que os custos com a produção seriam tão elevados que não compensariam as despesas com a formação de núcleos rurais no DF. Entretanto um outro grupo (10), mais otimista, defendia a idéia de que os terrenos não eram de todo fracos e se "tratados conve

nientemente prestar-se-iam à exploração das mais importantes culturas." Foi essa última idéia que prevaleceu, e decidiu-se então que a formação dos núcleos rurais seria viável aos objetivos propostos.

Se analisarmos mais detalhadamente a natureza real desses objetivos, observaremos que o que se propunha desde o início era a introdução de novas formas de exploração agrícola. Formas que fizessem uso integral de todas as possibilidades de mecanização e tivessem todos os benefícios da produção para o mercado. E esses objetivos fazem parte de uma proposição mais ampla de desenvolvimento agrícola no Brasil, e especificamente, de dinamização da região Centro-Oeste.

"A introdução de sistemas mecanizados de plantação e colheita vem trazendo transformações profundas nas estruturas das áreas de produção, trazendo no seu bôjo uma transformação no próprio conceito de rendimentos, pois como proporciona condições de cultivo de áreas muitíssimo mais extensas, per capita, torna possível o cultivo de terras com rendimentos per capita muito maior, mercê das enormes perspectivas abertas pelas modernas técnicas agrícolas.

Uma grande parte da extraordinária mobilidade da população brasileira se deve a esta instabilidade da exploração agrícola baseada na fertilidade original do solo e de sua resistência ao cultivo e não de sua fertilidade construída, fruto da aplicação do capital e do esforço humano. (grifo nosso)

Neste particular, as extensas áreas planas do Planalto Central, embora de pouca produtividade potencial, oferecem campo aberto à mecanização (grifo nosso) compensando a baixa produtividade por área pela larga produtividade per capita, que é evidentemente o que interessa ao homem na sua luta por melhores meios de subsistência.

Essa forma de agricultura é na realidade uma forma de exploração industrial da terra e dá aos lavradores possibilidades de atingir um padrão de vida tão elevado quanto o operário industrial.

Esta é a forma de exploração agrícola que está sendo aplicada nas áreas mais adiantadas do mundo de hoje como os Estados Unidos, Canadá e largas porções da Europa Ocidental. Ela tem possibilidade de ser aplicada em todas áreas planas do Planalto Central (...). O movimento de interiorização que se esboça com a transferência da capital para Brasília bem poderá ser o começo desta fase nova na agricultura brasileira. A Região Centro-Oeste estará fadada a ser, assim, a região do futuro." (11)

Entretanto o problema da baixa fertilidade do solo e da dificuldade de utilizá-lo adequadamente continua sendo indicado pela maioria dos agri-

cultores dos núcleos rurais como o de mais difícil solução, principalmente por que a necessidade de utilização de grandes quantidades de adubos e fertilizantes eleva muito os custos com a produção. Por outro lado, nem todas as pessoas possuem condições financeiras suficientes para investir em insumos e corretivos.

A grande maioria dos informantes acha que a terra é muito pobre e que é necessário "fazer a terra" para se obter alguma produção satisfatória.

"A terra não é boa não, é tudo muita pedra e mesmo sem pedra são dá com muito adubo, e o adubo eu não posso comprar. Cabra que colhe aqui é dono." (Arrendatário - Rio Preto)

"A terra é muito fraca e muito ácida, todo o produto que sai daqui é com adubo, são o abacaxi e a mandioca é que é sem adubo." (Arrendatário - Vargem Bonita)

Em decorrência da situação de solo e devido a dificuldade de tratá-lo adequadamente com insumos e corretivos, a maioria dos agricultores se limita à exploração de culturas que não exigem maiores tratamentos ou se restringe ao cultivo das poucas faixas de terras mais férteis, normalmente concentradas nas margens dos córregos e dos riachos.

1 - Quanto à desapropriação das terras

Após a definição dos limites do novo Distrito Federal, a primeira mudança introduzida na região consistiu no reordenamento do sistema de posse das propriedades. E assim o Governo Federal deu início à desapropriação das terras antes pertencentes aos antigos proprietários, e atribuiu poderes a Companhia Urbanizadora da Nova Capital - NOVACAP, para elaborar um novo plano de redistribuição dessas terras de modo a atender aos objetivos propostos.(12)

Nem todas as terras foram desapropriadas nesse primeiro período, e mesmo atualmente ainda existem algumas áreas pertencentes a antigos proprietários que não tiveram os seus processos de desapropriação concluídos.

As terras não desapropriadas e situadas dentro dos limites dos núcleos rurais representam um sério problema para o melhor funcionamento dos mesmos. Quando a ocupação se dá nos lotes já desapropriados existe ainda a possibilidade de legalização da posse, o que não ocorre com a ocupação das áreas não desapropriadas e situadas nos núcleos rurais. Nesse caso as instituições responsáveis não possuem os direitos legais sobre a terra para efetivar o arrendamento e regularizar a situação de seus ocupantes. É o caso do lote nº 25 situado no Núcleo Rural de Sobradinho I. Seu ocupante (considerado pelos próprios técnicos como o que apresenta maior produção) não sabe a quem recorrer para regularizar sua situação, e em decorrência dessa irregularidade, enfrenta maiores dificuldades com a produção, pois não tem acesso às agências de crédito rural.

Na medida em que é muito elevada a procura por parcelas situadas nos núcleos rurais e devido principalmente à crescente valorização das terras no Distrito Federal, a existência dessa forma de ocupação, sem condições de solução pelo menos a curto prazo, poderá vir a representar uma das possíveis fontes de tensões e de conflitos de terra, tão frequentes nas sociedades agrárias.

Na realidade, a possibilidade da presença de conflitos de terra no Distrito Federal, decorre da própria irregularidade e desorganização da forma como se realizou o processo de desapropriação na região.

Inicialmente a área do futuro Distrito Federal foi declarada oficialmente como de utilidade pública; nesse caso a destinação do uso da terra constitui uma prerrogativa do Governo. Nenhuma pessoa pode vender legalmente sua propriedade sem uma autorização prévia.

"Art. 24 - Fica ratificado, para todos os efeitos legais, o decreto nº 480, de 30 de abril de 1955, expedido pelo Governador do Estado de Goiás, e pelo qual foi declarado de utilidade e de necessidade pública e de conveniência de interesse social, (grifo nosso) para efeito de desapropriação, a área a que se refere o artigo 1º.

§ 1 - As desapropriações iniciadas poderão continuar delegadas ao Governo do Estado, ou passarão a ser feitas diretamente pela União.

§ 4 - Os imóveis desapropriados na área do novo Distrito Federal e os referidos no artigo 15 poderão ser alienados livremente pelo poder expropriante e pelos proprietários subsequentes sem que lhes aplique qualquer preferência legal, em favor dos expropriados.

Art. 25 - Parágrafo Único - A Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil organizará os planos que assegurem o aproveitamento econômico dos imóveis rurais, executando-se diretamente ou apenas mediante arrendamento."(13)

No período inicial houve de fato uma desapropriação em grande escala das terras que hoje formam o Distrito Federal. Entretanto, passado esse período inicial de transferência da Capital, o processo de desapropriação das áreas restantes foi diminuindo e atualmente ele é insignificante.

Como foi programado um loteamento ideal da área, supondo que a desapropriação das terras seria completa, e como essa desapropriação não se efetivou conforme o esperado, observa-se como resultado disso tudo a irregularidade e a desorganização do tipo de política proposta.

dos para a implantação do DF na região.

No período de nosso estudo, o Distrito Federal encontrava-se dividido nas seguintes áreas:

- área metropolitana, compreendida principalmente pelas áreas urbanas que integram o plano urbanístico de Brasília,

- área das cidades satélites, compreendida pelas cidades satélites de Taguatinga, Gama, Sobradinho, Guarã, Planaltina, etc.

- área rural, que abrange toda a área restante. (14)

Sob a caracterização de "toda a área restante", encontramos na então denominada área rural, uma grande diversidade de utilizações. Esta área compreende não só os núcleos rurais existentes no momento (nosso objeto de estudo) mas ainda as áreas de reservas naturais, reservas de proteção, lotes rurais de exploração industrial, núcleos de mansões e finalmente as áreas de uso especial.

Os lotes rurais foram subdivididos nos seguintes grupos:

"a) hortigrágeiros - destinados ao desenvolvimento de atividades hortícolas ou criação de aves ou animais de pequeno porte.

b) agrícolas - destinados à exploração intensiva de produtos agrícolas em geral, exceto o seu aproveitamento industrial.

c) pecuários - destinados à exploração intensiva de produtos pecuários em geral, criação ou engorda de animais de médio e grande porte, exceto o aproveitamento industrial.

d) industriais - destinados à transformação de recursos animais ou vegetais, bem como de extração de produtos do sub-solo.

e) áreas para reflorestamento, destinadas ao cumprimento da lei 4.771 de 15/09/1975, compreendendo sempre que possível, cinco por cento (5%) da área total de cada núcleo.

f) áreas especiais, destinadas às pesquisas experimentais, estudos de exploração de culturas que exijam tratamento especial e execução de grandes projetos agropecuários aprovados pelo Governo do Distrito Federal. Estas áreas especiais poderão constituir-se por lotes isolados, conjuntos de lotes, agregação ou divisão de lotes e acréscimo de áreas." (15)

Paralelo a essa divisão e destinação das áreas, os núcleos rurais foram sendo implantados, preferentemente na periferia das cidades satélites em formação.

Existe no momento um total de 14 núcleos rurais já implantados. São eles: Taquara, Pípiripau, Stanislau - Rajadinha, Vargem da Benção, Monjolo, Sobradinho 1, Sobradinho 2, Rio Preto, Tabatinga, Santa Maria, Alagado, Taguatinga, Vargem Bonita e Ponte Alta.

Quando já nos encontrávamos na fase complementar da pesquisa de campo, a Secretaria de Agricultura e Produção do Distrito Federal, através de seu órgão, a Fundação Zoobotânica, deu início aos estudos de regularização das terras para a formação de um novo núcleo rural - Riacho das Pedras - a ser implantado na região situada próxima ao Núcleo Rural de Rio Preto.

Esse novo núcleo é constituído de 41 lotes já demarcados, com um tamanho médio de aproximadamente 30,0 hectares. Atualmente ele é ocupado por antigos proprietários não desapropriados, pequenos sítiantes, agregados e invasores. Sua atividade principal é a pecuária, embora existam algumas explorações ligadas à produção de hortícolas, à fruticultura e ao cultivo de cereais.

Uma outra região também em fase de regularização e destinada à formação de um segundo núcleo rural é Retiro do Meio. Aqui o objetivo difere um pouco dos demais, pois o Governo do Distrito Federal pensa implantar na região, juntamente com a CITROESTE, um projeto para a produção de cítricos, onde a CITROESTE orientaria a atividade produtiva dos atuais ocupantes e funcionaria com base no sistema de condomínio. Estima-se que haja atualmente em Retiro do Meio aproximadamente 60 famílias, entre invasores, proprietários, arrendatários e sítiantes.

Apesar desta tentativa representar a primeira manifestação de uma nova forma de organização dos núcleos rurais, ela é importante porque confirma em parte nossa idéia de que existe atualmente uma tendência para a formação de agro-empresas no Distrito Federal.

Caso o núcleo rural de Retiro do Meio venha a funcionar de acordo com o que está sendo proposto, o que ocorrerá será uma mudança no modelo de exploração utilizado e também uma mudança de destinação dos núcleos rurais. Essa tentativa se apresenta como mais impositiva que as anteriores porque subordina a produção e a venda dos produtos. A única coisa que ela ainda preserva e respeita é a unidade de núcleos e os modelos de pequenos lotes.

Como não temos maiores informações sobre o seu funcionamento, e pelo fato de ser uma experiência muito recente que ainda se encontra a nível de projeto, não foi possível nos aprofundarmos mais sobre as implicações que essa tentativa poderá vir a representar para a agricultura no DF. Nossas idéias se situam tão somente no nível das suposições.

Cada um dos núcleos aqui citados encontra-se dividido em conjuntos compostos de lotes ou parcelas que variam de 2 a 200 ha. Esses lotes funcionariam de acordo com os objetivos de exploração de cada núcleo em particular.

"As áreas máximas e mínimas de cada lote rural serão determinadas pelas condições geo-físicas e hidricas de cada loteamento, combinadas com as atividades a serem nelas desenvolvidas." (16)

Com base nisso, os núcleos rurais de Rio Preto e Tabatinga principalmente, foram distribuídos em lotes de 80 a 100 ha e seriam destinados à formação de uma bacia leiteira que viria a suprir em parte a demanda local. Isso na realidade não ocorre. Atualmente o abastecimento de leite e seus derivados é feito por outras fontes e outros fornecedores, em sua maioria situados em centros próximos ao DF, como é o caso de Anápolis. E os núcleos rurais apresentam um baixo índice de produção leiteira. Rio Preto, por exemplo, conta com uma média de apenas 10 cabeças de gado por lote, apesar de 40% do total dos lotes desenvolverem a atividade pecuária. O mesmo ocorre com Tabatinga que possui uma média de 4 cabeças de gado por lote.

Um dos problemas mais citados pelos informantes e considerado como o fator que limita a possibilidade de uma maior produção nos núcleos, seria o "desinteresse e a falta de tempo" dos arrendatários em dinamizar e desenvolver a produção, qualquer que seja ela. A causa desse desinteresse estaria ligada ao fato de que a maioria das pessoas que arrendam os lotes possuem outras atividades mais importantes e outras fontes de renda que não a exploração econômica dos lotes, e por isso o interesse em explorar efetivamente os lotes estaria situado num segundo plano.

"O problema aqui é que quem é dono das chácaras é tudo empregado noutra coisa e não tem tempo para aqui. O Governo quer fazer aqui uma bacia de leite no núcleo e não cria nem faz nada. (...) E o Governo não tem cabeça que consiga resolver o problema, pode soltar dinheiro dos bancos, pode fazer tudo que não consegue. Porque os donos não sabe fazer as coisas." (Tomador de conta - Rio Preto)

Na verdade isso representa apenas um dos fatores que limita o melhor aproveitamento dos lotes. Existem outros não menos importantes e que estariam ligados à própria natureza da política de formação dos núcleos rurais e à própria situação econômica da maioria dos agricultores. É o que procuraremos demonstrar com mais precisão quando nos referirmos à estrutura fundiária e às condições de produção dos núcleos rurais no DF.

Voltando à idéia anterior de destinação da exploração dos núcleos rurais, observamos que Vargem Bonita, por se encontrar localizada quase nos limites da região metropolitana do Distrito Federal, estaria destinada principalmente à exploração de hortícolas e também à criação de aves e animais de pequeno porte.

"Poderão ser constituídos lotes rurais agrícolas para a exploração agropecuária intensiva, especialmente horticultura e avicultura, na periferia dos centros rurais urbanos, com área mínima de 4,0 hectares." (17)

Atualmente Vargem Bonita conta com uma produção satisfatória de tomate, cenoura, abóbora, repolho e folhagens, bem como de algumas frutas, principalmente cítricos. E somente 16,7% dos informantes afirmaram que não comercializam os produtos.

A elevada concentração de japoneses em Vargem Bonita (aproximadamente 54,0% em relação ao total dos arrendatários) e suas facilidades de investimentos de capital para a compra de maquinário, adubos e sementes selecionadas, bem como a utilização regular de mão de obra qualificada, de certa forma possibilitou uma maior rentabilidade da exploração. Segundo informações, o núcleo de Vargem Bonita abastece em média 40% do consumo de hortícolas do DF, e ainda exporta parte do excedente para outros centros consumidores, como por exemplo, Anápolis (GO) e Imperatriz (MA).

A presença dos japoneses nos núcleos rurais não resultou de uma migração natural ou ocasional. Ao contrário, ela foi orientada e planejada pelos órgãos governamentais. Já no período de implantação dos primeiros núcleos, houve um grande incentivo à migração de japoneses para o trabalho com a agricultura. Eles seriam os instauradores e difusores de um tipo de exploração agrícola altamente rentável e que exigiria a utilização de uma tecnologia mais sofisticada. Realmente a maioria dos japoneses ligados à produção agrária, além de encontrar maiores facilidades de acesso a terra, desenvolve o tipo de exploração esperado e programado. Contudo, o objetivo de difusão de novas formas de exploração e de tecnologia é insatisfatório ou quase nulo.

Para nós isso não se realizou devido principalmente a 3 fatores. O primeiro estaria ligado à própria dificuldade de assimilação e mesmo à resistência dos demais agricultores em aceitar técnicas tão diferentes das usualmente utilizadas. São muito comuns afirmações como estas: "... os produtos deles, por causa de tanto adubo, tem gosto de remédio"; "os japoneses acabam com a terra."

Um segundo fator estaria relacionado ao fato de que os japoneses têm consciência de que são portadores de uma técnica mais racional e mais produtiva. Em razão disso, eles tendem a discriminar os que cultivam a terra com técnicas mais elementares.

E por último, o próprio tipo de exploração desenvolvida pelos japoneses, exige como condição primeira o uso de insumos e de maquinários de elevado custo, o que é impossível de ser utilizado pelas pessoas que não apresentam melhores condições econômicas e não possuem capital suficiente para investir na produção. Como se poderia esperar que fossem desenvolvidas aqui no Distrito Federal, formas de exploração agrária que exigem o uso de instrumentos de produção mais sofisticados, se a maioria das pessoas só possui a própria força de trabalho para explorar a terra?

Uma das alternativas para a solução desse problema estaria relacionada ao próprio funcionamento da política agrária se esta realmente fornecesse melhores condições de assistência técnica e financeira, previstas nos programas oficiais, e se contribuisse para eliminar os entraves da comercialização dos produtos. Teoricamente seriam desenvolvidos nos núcleos rurais, programas oficiais de crédito rural, assistência técnica e extensão, cooperativas e postos de revenda; mas na realidade o funcionamento desses programas é insa

tisfatório. O que se observa é que o nível de exploração econômica dos núcleos rurais resulta muito mais das condições de produção e de comercialização de seus ocupantes, do que do funcionamento desses programas elaborados pelo governo.

3 - Quanto à redistribuição dos lotes às pessoas interessadas em produzir

A ocupação inicial dos lotes rurais se realizou de uma forma mais ou menos desordenada e já diferente do planejado. Nem sempre a legalização da posse acompanhou o movimento de ocupação e desde o início a própria redistribuição dos lotes não seguiu o critério básico do plano de desenvolvimento agrário para o DF.

Duas figuras marcaram presença nessa ocupação: a dos arrendatários propriamente ditos que utilizariam as parcelas de terra para fins de produção, lazer ou especulação, e a dos invasores, mais preocupados com a subsistência e com a procura de melhores condições de vida.

A falta de informações mais precisas tornou difícil a caracterização dos movimentos de ocupação dos núcleos rurais. Tudo indica entretanto que, principalmente na década de 60 a maior procura por lotes esteve diretamente relacionada ao volume das transferências do funcionalismo público para Brasília e à desaceleração do ritmo das construções civis.

Com a transferência do pessoal técnico e administrativo para Brasília, houve uma elevação nos pedidos de arrendamento dos lotes e mesmo uma "oferta" de parcelas por parte do Governo aos recém-transferidos. Brasília no início não oferecia muitas alternativas para a realização de atividades complementares ao trabalho e a possibilidade de "possuir um terreninho quase de graça dentro do Distrito Federal" era tentadora. Isso, se por um lado acelerou a ocupação dos núcleos rurais, por outro limitou os objetivos de produção para o abastecimento, pois nem sempre os interesses imediatos dos arrendatários foram a produção de mercadorias.

Quando muito essas pessoas desenvolviam alguma atividade agropecuária, mas com o objetivo de consumo complementar ou somente para atender as exigências do arrendamento e assim garantir a posse do lote junto às instituições governamentais.

Como veremos mais adiante, o Núcleo Rural de Sobradinho 1 apresenta uma elevada concentração de lotes improdutivos que foram arrendados às pessoas diretamente ligadas ao Governo Federal e que ali construíram suas casas de campo para os "fins de semana".

"A agricultura não é a profissão do meu marido, é apenas uma atividade paralela. A profissão dele realmente é a de deputado e advogado (...). Meu marido era deputado e ofereceram muitas van

tagens a ele, inclusive a possibilidade de arrendar isso aqui."

(Esposa de arrendatário - Sobradinho 1)

"O dono daqui só tem essa chácara para descansar (...) Ele só vem aqui no sábado e no domingo e traz a família dele." (Zelador Sobradinho 1)

"Já trabalhei na Vargem Bonita e na Vargem da Benção. Este núcleo aqui é o pior, porque é pra gente rica. É mais pra tubarão, deputado e nem sei o que lá mais. Esse povo rico não dá colher de chá pra pobreza, existe uma distância que separa o rico do pobre, isso não dá união. Este núcleo não produz quase nada, é tudo pasto, é só beleza pra fim de semana. Se a gente quer um pedacinho de terra pra plantar e vender verdura, eles não dão porque fica com medo da gente depois tomar a terra. Este povo rico ganha bem e não interessa por plantar nada. só árvore pra enfeitar." (Zelador - Sobradinho 1)

Apesar da maior concentração em Sobradinho 1, encontramos de uma forma menos evidente, o mesmo tipo de problema nos demais núcleos rurais em estudo.

"Meu sogro também é agrônomo e conhecia o Presidente Juscelino que o chamou para vir trabalhar aqui." (Arrendatário - Taguatinga)

"(...) Existe um fator que eu julgo que a Secretaria da Agricultura não pesquisa direito para arrendar as chácaras rurais, é a questão da seleção dos arrendatários. Quase 70% mantêm as chácaras nas condições primitivas, fazendo apenas uma casa de repouso para recreação, fugindo totalmente das finalidades que Goiás se destina. A maioria dos arrendatários procuram obter as chácaras rurais para fins de especulação." (Arrendatário - Taguatinga)

De fato, na medida em que foram designadas parcelas com os objetivos de lazer - como é o caso dos núcleos de mansões - essas verdadeiras "invasões" aos lotes destinados à produção agropecuária, além de resultarem numa alteração dos objetivos de produção e abastecimento, representam ainda um dos fatores da baixa produtividade dos núcleos rurais.

O próprio mecanismo de acesso aos lotes rurais, contribuiu para a existência dessa forma de ocupação totalmente improdutiva, na medida em que um dos requisitos exigidos e talvez o de maior importância, consiste na prioridade de arrendamento a pessoas que apresentam melhores condições sócio-econômicas para explorar os lotes. Entretanto possuir condições para apresentar atestados de idoneidade financeira ou mesmo para apresentar planos de exploração, não nos parecem suficientes para avaliar os objetivos individuais de utilização dos lotes, nem asseguram o fato de que essas pessoas irão utilizar os lotes produtivamente. De fato, possuir capital não implica em utilizá-lo para exploração econômica dos lotes rurais.

Essas exigências, se de um lado facilitam o acesso aos lotes à queles interessados no lazer e na especulação, de outro, possibilitam também o acesso de pessoas que realmente objetivam uma exploração para o mercado, atendo assim as finalidades de abastecimento local.

No fundo os únicos não beneficiados são as pessoas de pequenas posses que necessitam de capital para "tocar a terra" e não o possuem. Mesmo os que conseguiram receber lotes no início, "quando era mais fácil arrendar", enfrentam hoje serias dificuldades em atender as novas exigências, estipuladas pelas instituições governamentais, para o arrendamento dos lotes em questão. A possibilidade de perder os direitos de posse porque a produção é insatisfatória, ou mesmo o medo de não conseguir o mínimo para a própria subsistência, leva esses pequenos agricultores a vender os direitos de suas terras, ou simplesmente a abandoná-las.

Muitos deles se transformaram em assalariados rurais ou urbanos (retornaram às construções) ou então se submeteram às mais variadas formas de parceria com alguns dos arrendatários.

Na maioria dos casos, sõ abandonam as terras dos núcleos rurais os que não tem condições de explorar ou os que não tem condições de esperar a maior valorização das mesmas. Sõ têm acesso ao arrendamento os que podem comprar os direitos de posse ou os que apresentam comprovantes de que possuem capital. E então o número de invasores tende a crescer, e vão ocupando os lotes desabitados, as áreas de reserva e mesmo as áreas especiais. Assim o fazem para ter um cantinho para morar e plantar "algumas coisinhas", ou então para vender ilegalmente o lote aos migrantes recentes. O abandono dos lotes e invasão de outras terras é a alternativa mais frequentemente utilizada por aqueles que não encontram condições de atender as novas exigências impostas.

"Depois que o Governo tomou conta da terra ficou de dar uma parte para o povo daqui trabalhar, mas até agora não me deu os papel pra o arrendamento. E não adianta ir lá pagar que eles não recebem. No tempo que a gente podia mandar no que era da gente era bem melhor. Agora a gente vai remando, tocando ao menos pra comer. Se a gente mexe aí dá atrapaliação." (Antigo proprietário de terras - Rio Preto)

"Eu tenho uma esperança que o Governo faça alguma coisa com isso aqui, nós chegamos numa terra que não tinha nada e plantamo. A produção daqui é sõ mesmo para a despesa (...) Estou esperando uma valorização para vender ou para ver se o Governo dá a escritura definitiva." (Arrendatário - Alagado)

É claro que a "prova de condições para arrendar" os lotes rurais não se limita somente à apresentação de cartas bancárias ou de outros critérios da mesma natureza. O que ocorre é que no momento da avaliação são atribuidos pesos diferentes ao total das exigências estabelecidas legalmente. E os de maior peso são justamente os que exigem a apresentação de comprovantes

econômicos. Além disso, o bom relacionamento e o "apadrinhamento" também fun
cionam com relativa regularidade.

É o que constataremos mais adiante com a exposição sobre a natureza do sistema de arrendamento utilizado.

Embora a característica dominante nesse período inicial fosse a ocupação para fins improdutivos e para as atividades de subsistência, exis
tiram outras formas de ocupação e de utilização das parcelas.

Afora os japoneses que receberam o incentivo direto do governo do DF para explorar os lotes rurais, outras pessoas (principalmente os habitantes dos Estados próximos ao DF) também migraram para os núcleos rurais com o objetivo de trabalhar na agricultura e na esperança de melhores condições de vida.

Em média 36,0% do total dos informantes vieram diretamente de outros estados para os núcleos, e as duas maiores concentrações são de goianos e mineiros. (ver tabela nº 03)

As pessoas tomavam conhecimento da existência dos núcleos ru
rais através dos parentes e conhecidos que informavam das possibilidades de "possuir" um lote e trabalhar de agricultor.

*"Eu vim de Maringá, no Paraná, a convite de um conhecido que já trabalhava aqui. Passei dois anos sem roça, trabalhando de mas
cate e vendendo perfume, e vim para o núcleo pra ficar rico, pen
sava que ia encontrar maiores facilidades aqui, mas o trabalho na agricultura é muito difícil para quem não tem capital." (Tomador de conta - Vargem Bonita)*

*"Vim de Goiás para o lote. Contarei a meu filho que aqui era bom. Naquele tempo eu morava numa fazenda tocando roça e tendo fartu
ra de meia, e o fio convenceu porque achou que aqui poderia ser melhor e no entanto foi pior." (Trabalhador rural- Taguatinga)*

Apesar dos migrantes não encontrarem grandes dificuldades de a
cesso aos lotes, nem sempre as condições de produção eram satisfatórias, prin
cipalmente para os que não possuíam capital para investir.

Associado a isto, faltava nos núcleos rurais a infra-estrutura básica, como por exemplo irrigação, estradas e eletrificação. E os programas de assistência técnica e financeira funcionavam de forma precária. Também não existiam centros definidos de alocação dos produtos, estes vieram a se formar depois, com a implantação de postos de abastecimento e a criação da Central de Abastecimento - CEASA

Mesmo assim, a maioria das pessoas situadas neste grupo, explo
ravam os lotes com objetivos de mercado.

Um terceiro grupo de pessoas migrou para os núcleos rurais mui
to mais porque foram expulsos de outras regiões. A maioria não esperava algu
ma melhora em suas condições de vida.

"Ninguém informou, vim primeiro pra trabalhar como tarefeiro e quando a gente caça emprego a gente sempre encontra, principalmente emprego ruim." (Invasor - Sobradinho 1)

"A gente de tempo em tempo tem vontade de mudar. Eu já trabalhei em vários lugares de Goiás. Depois que a Nestlé entrou no setor, lá a lavoura acabou-se, virou pasto. Aí o trabalho ficou pouco e o pessoal esparramou por aqui." (Tomador de conta - Taguatinga)

Já a desaceleração do ritmo das construções civis tornou possível um elevado contingente de mão-de-obra não qualificada e com grandes experiências nos "trabalhos com a terra." Como os centros urbanos em formação não ofereciam muitas alternativas para a absorção dessa mão-de-obra, aqueles que não migraram para outros centros de atração ou que não conseguiram emprego nas cidades, procuraram arrendar os lotes dos núcleos rurais ou então fixaram-se nas terras disponíveis do DF.

Um agricultor que trabalha como tomador de conta no núcleo rural do Rio Preto nos informou que veio para o lote porque não lhe restava outra opção de emprego. Diz ele:

"Vim porque não tinha outra profissão, mesmo na cidade não compensava sem profissão. Passei oito meses em Planaltina, lá eu trabalhava como servente e não tava compensando, não dava pra pagar o aluguel. Eu sempre fezo este projeto Minerva, todo o dia eu estudo para não perder, mas estas profissões da cidade: pedreiro, servente, eu não tenho muita vocação não (...) Eu pensei que aqui era melhor do que lá, como de fato é. Aqui a gente não precisa pagar aluguel, tem leite e verdura. A gente planta o que precisa."

A migração desse grupo, praticamente expulso dos centros urbanos para os núcleos rurais ou para as demais áreas disponíveis do DF, associada ao grupo dos antigos proprietários, sitiantes e agregados que continuaram na atividade agrícola, resultou na formação das "invasões rurais".

É interessante observar que os objetivos destes dois grupos de invasores - os antigos agricultores da região e os migrantes recentes - nem sempre são semelhantes. Enquanto os primeiros, mais ligados à terra e à atividade agrícola, desejam apenas continuar a "tocar a roça e possuir um pedaço de terra pra morar e comer", a tendência do segundo grupo é utilizar as terras como objeto de especulação. São muito frequentes os casos de venda ilegal das parcelas invadidas.

Segundo informações do pessoal administrativo da Fundação Zootécnica do DF, existem projetos em elaboração que objetivam resolver essa situação ilegal de posse e venda de terras no DF. A alternativa seria a de concentrar os invasores numa só área e em pequenos lotes de tamanho não superior a 5

hectares onde seria permitido o cultivo para a subsistência. Por outro lado essa concentração facilitaria o controle e a fixação da mão de obra disponível.

4 - Quanto ao sistema de arrendamento utilizado

Atualmente os lotes são distribuídos a pessoas que atendem às seguintes condições:

"Para a concessão de lotes, as pessoas físicas ou jurídicas de verão, além de apresentar o plano de utilização, fazer prova das seguintes condições, conforme a respectiva natureza:

- a) ser residente ou possuir sede ou filial no Distrito Federal.
- b) ser considerado apto à exploração do lote pretendido.
- c) apresentar atestado de antecedentes.
- d) comprometer-se a constituir residência no lote e ali exercer a atividade pretendida, podendo contratar serviços de terceiros.
- e) apresentar o cartão de identificação do contribuinte do Ministério da Fazenda.
- f) apresentar a carteira de identidade.
- g) preencher o cadastro pessoal e patrimonial de acordo com o modelo fornecido pela Fundação Zoobotânica, através do Departamento de Terras e Colonização." (18)

Porém, no início da implantação dos primeiros núcleos rurais, as pessoas interessadas em arrendar os lotes encontravam maiores facilidades que atualmente. As condições requeridas no período da inscrição eram as seguintes: serem nacionais; terem famílias constituídas; exercerem atividades agrícolas no DF há algum tempo e terem maior número de filhos.

De fato, segundo o art. 4º da resolução nº 6 de 27/03/1957 - NOVACAP, as duas exigências mais importantes para arrendar, eram as seguintes: experiência agrícola e nº de pessoas da família.

"Art. 9 - Concluído o projeto de loteamento sobre uma área de terminada, a NOVACAP abrirá inscrições com a oferta de condições para o arrendamento ou levará os lotes a hasta pública, estabelecidos previamente os critérios de seleção para a inscrição levando-se em conta principalmente a experiência agrícola do candidato e o número de pessoas de sua família." (Resolução nº 06 de 27/03/1957 - NOVACAP)

Após a inscrição, os lotes rurais seriam distribuídos a pessoas que atendessem às seguintes condições:

- "a) residir no DF
- b) ser considerado apto após a aprendizagem ou treinamento agrícola
- c) compromisso de residência no lote e compromisso de exercer a agricultura como atividade exclusiva. (grifo nosso)

d) não possuir imóveis no Distrito Federal." (19)

A análise comparativa dessas condições de acesso aos lotes, nos permite confirmar a idéia de que existem dois momentos bem diferenciados da política de formação de "cinturões verdes" no DF. Num primeiro momento a formação dos núcleos rurais esteve diretamente relacionada aos objetivos de valorização e de preparação das terras, i.e., à maximização das terras. Contudo esses objetivos foram se modificando e o que se observa atualmente é a maximização do lucro, realizada através do incentivo à transformação de uma economia de subsistência e auto-consumo para uma economia de mercado assentada sobre bases capitalistas de produção.

Não que inexistisse no período anterior o interesse em explorar produtivamente os lotes. Na verdade esse objetivo esteve sempre presente em todos os momentos da política de formação de "cinturões verdes" no DF. Entretanto só agora ele se apresenta de uma forma mais clara e objetiva. Se no período anterior ele se definia a nível de compromisso, atualmente ele se redefine a nível de obrigação e exige provas mais concretas.

Para nós essa situação não é nova. Historicamente as experiências de colonização no Brasil e mesmo as experiências de ocupação de regiões subpovoadas, nos tem mostrado que esses dois momentos que supõem duas propostas específicas mas relacionadas, sempre estiveram presentes nas inúmeras tentativas de colonização no Brasil.

Para maximizar e preparar as terras, não é necessário a inversão de capital, basta a força de trabalho individual ou familiar. Entretanto, para maximizar os lucros é necessário a utilização de meios de produção adequados que possibilitem um maior retorno para ser reinvestido na produção.

Ora, numa região onde o número de arrendatários capazes de explorarem os lotes sem o auxílio dos programas oficiais de assistência técnica e financeira é bem menor e quase insignificante se comparados ao elevado número de agricultores sem condições de exploração regular, não se poderia esperar pelo êxito dessa tentativa de colonização, pelo menos na forma como ela se realizou até o momento.

"A gente na agricultura tem vida que vive igual ou pior que porco no mangueiro. É um risco de tudo por tudo. São faz avisar o que já tem feito. Pra ganhar dinheiro o Governo dá fê, se perde ninguém dá fê. Quando aumenta, todo mundo fica sabendo que aumentou. É pior porque não é olhado pelo Governo." (Arrendatário - Rio Preto)

"Esse governo só ajuda para quem eles conhecem, para quem tem mangas compridas nos braços. O Governo não me conhece, não sabe o que eu posso fazer." (Tomador de conta - Rio Preto)

"(...) Sabe, aí depende das posses da pessoa. A gente não tem estudo, não tem outro jeito de viver melhor. A gente tem que

procurar o que entende: é o pesado mesmo. Hoje em dia a agricultura não dá mais como antigamente, hoje em dia a gente precisa de muito dinheiro e a gente gasta muito e colhe pouco. (Tomador de conta - Taguatinga)

"Eu acho que isso aqui não funciona. Quem não tem dinheiro não consegue fazer muita coisa e dessa forma tem que vender tudo o que tem." (Arrendatário - Sobradinho 1)

Em Rio Preto tivemos conhecimento do caso de um antigo proprietário que, em decorrência das dificuldades do arrendamento preferiu abandonar sua parcela de terra e invadir a região que hoje se destina à formação do Núcleo Rural de Riacho das Pedras. Também nesse mesmo núcleo, um antigo agregado vive atualmente como zelador de um lote e em condições precárias, sobrevivendo às custas de pequenas tarefas periódicas, recebendo em troca um litro de azeite ou um quilo de arroz.

Uma nova exigência comumente apontada como de difícil realização é a apresentação do plano de exploração do lote. Esse plano é normalmente elaborado pelos técnicos da Secretaria da Agricultura e Produção do G.D.F. Ele consiste num estudo preliminar e exploratório das condições de fertilidade dos solos, suas possibilidades de uso e da definição do tipo de cultura adequado para a exploração. Isto evidentemente supõe uma inversão muito elevada de capital e a maioria das pessoas não tem condições para pagar pela elaboração do plano e muito menos para executá-lo adequadamente.

"Não fiquei devendo nada. Não fiz o plano de exploração e nem vou fazer porque acho bobagem isso aí, eu tenho que pagar Cr\$ 5.000,00 para esses doutores fazerem. Eu estou querendo cercar meu terreno e já estou achando difícil!" (Arrendatário - Rio Preto)

"Eu só conheço o plano através do jornal, aqui o cara paga Cr\$ 5.000,00 para um engenheiro fazer e no final o plano não é executado." (Arrendatário - Rio Preto)

Voltando ao velho problema da "falta de condições", o que é evidente em tudo isso é o fato de que são estabelecidas medidas e programas visando apenas uma maior rentabilidade dos lotes. Programas teoricamente corretos e adequados aos objetivos de produção mas que não correspondem à situação concreta da maioria dos agricultores dos núcleos rurais, e que em vista disso não são executados e realizados conforme o previsto. Não se pode exigir de um arrendatário a apresentação e execução de um projeto de exploração se ele está preocupado em conseguir as condições mínimas para a sua sobrevivência.

E mesmo quando essas condições econômicas são satisfatórias e não representam problemas para a execução dos projetos de exploração, a influência de outros fatores como por exemplo, a dificuldade de alocação dos produtos no mercado e a presença de empresas que monopolizam determinados produtos, contribuem também para o fracasso dos projetos de exploração.

Em muitas das situações encontradas, esses dois fatores - comercialização e monopolização - estão relacionados. No Núcleo Rural de Santa Maria por exemplo, entrevistamos um arrendatário que havia pago Cr\$ 5.000,00 por um projeto para criação e engorda de frangos, e logo nos primeiros meses a tentativa fracassou. Segundo ele, qualquer tentativa de produção avícola no DF é inviável, isso porque a "Sô Frango" monopoliza o mercado.

"É necessário vincular-se à Sô Frango para conseguir mexer com isso, pois senão a gente não encontra condições de melhores vendas no mercado. E mesmo quando se tem compromisso com a Sô Frango a gente sai perdendo, ela marca o período necessário para a engorda dos frangos, mas ele não é cumprido e se estende muito mais do que o necessário, e então a gente sai perdendo, porque gasta mais com ração e trabalho (...)". (Arrendatário - Santa Maria)

Existem outras empresas menores ligadas a esse ramo, mas na realidade é a "Sô Frango" quem monopoliza não só a produção mas também a comercialização de frangos no DF. Além de sua produção própria, ela ainda se "associa" a muitos dos arrendatários dos núcleos rurais, fornecendo os pintos, financiando a compra de ração, realizando o transporte e oferecendo assistência técnica. O arrendatário participa com as instalações e a mão de obra e se compromete a vender os frangos só para a "Sô Frango".

Por outro lado, a própria demora na legalização dos lotes, devido sobretudo às dificuldades burocráticas existentes, cria não só novos entraves à produção como também eleva o número de pessoas não regularizadas. Vários arrendatários já deram entrada nos papéis há muito tempo e até hoje esperam a regularização da posse de "seus lotes". Com isso eles se sentem "inseguros" e têm medo de investir capital e depois perderem tudo porque não foram aceitos. São frequentes os casos em que as pessoas após várias tentativas, simplesmente desistem.

"Eles pediram muito papel pro modo eu pegar o contrato: título de eleitor, identidade, carta bancária, o papel da delegacia pra ver se tá limpo. A gente teve que chegar na NOVACAP pedir que quer arrendar o terreno e dá muito trabalho, tem nego que até enjoga de ir lá e larga tudo pro lado." (Arrendatário - Rio Preto)

"Apresentei o que foi pedido mas o contrato ainda não está regularizado. É muito demorado, tem que passar por muita gente e tem épocas que eles suspendem a transferência." (Arrendatário - Rio Preto)

"Acho que ser dono é bem melhor, ser dono mesmo da terra é mais conveniente. Sendo dono a coisa é mais desembaraçada. Esses departamentos possuem uma burocracia muito grande, até hoje ainda não estou com a situação regularizada, temos ainda que pagar para apresentar um plano de exploração da terra. Sendo dono da terra não se tem que passar por isso." (Arrendatário - Rio Preto)

De acordo com as informações obtidas nas entrevistas com os arrendatários, mais de 65,0% dos lotes estão regularizados; os 35,0% restantes ou estão em fase de regularização ou são invasores (ver tabela nº 04). O núcleo de Vargem Bonita é o que apresenta o mais elevado percentual de regularização, 75,0% dos lotes pesquisados estão regularizados, enquanto que em Rio Preto, apenas 47,0% dos lotes entrevistados se encontram regularizados. Nos demais lotes onde foram entrevistados os "tomadores de conta", não foi possível conseguirmos as informações sobre as condições de arrendamento.

Outra exigência refere-se ao compromisso da pessoa constituir residência no núcleo. Com isso esperava-se facilitar o desenvolvimento de atividades produtivas. Na realidade a maioria dos arrendatários não reside nos lotes, principalmente os que utilizam as parcelas para fins improdutivo. Apenas o Núcleo de Vargem Bonita apresenta o maior percentual de arrendatários residindo nos lotes.

Vargem Bonita foi organizado de uma forma diferente dos demais; como o tamanho dos lotes é pequeno, (uma média de 4,0 hectares) foram construídos conjuntos de casas residenciais próximos aos lotes e que formariam juntamente com as unidades escolares e administrativas, a agrovila. Da mesma forma como ocorre atualmente nos núcleos de colonização da Amazônia, gradativamente os arrendatários de Vargem Bonita foram abandonando as residências da agrovila e construindo suas casas nos lotes rurais. Eles argumentam que o tipo de exploração desenvolvida exige um cuidado permanente e por isso é melhor residir "perto das plantações". Paralelo a isso as casas da agrovila foram sendo alugadas aos trabalhadores rurais e suas famílias, e os conflitos de ocupação são frequentes, principalmente porque os trabalhadores, quando despedidos, se recusam a abandonar as casas da agrovila. Como é elevado o número de operários que trabalham para os arrendatários de Vargem Bonita, (em média 3 operários por lote) muitas vezes uma só casa é habitada por mais de uma família, que vivem em condições precárias de higiene e de espaço. No fundo, a agrovila se assemelha muito mais às favelas

Em resumo é essa a situação dos núcleos rurais do DF no que se refere às principais exigências estabelecidas para o arrendamento. E isso nos responde em parte o porque da tentativa de formação de "cinturões verdes" no DF não se ter realizado conforme o esperado.

Com relação ao tempo de arrendamento concedido e às formas como se determinam as taxas de pagamento pelo direito de utilização das terras, observamos que nesse pequeno espaço de tempo compreendido entre o início da formação dos primeiros núcleos rurais até o período de nosso estudo, as regulamentações variaram muito sobre esses 2 pontos, principalmente no que se refere à taxa de arrendamento.

Inicialmente os lotes dos núcleos rurais foram cedidos e arrendados pelo prazo de 30 anos, com exceção de Vargem Bonita onde foi estabelecido um prazo de 10 anos. Caso fosse comprovado o real aproveitamento da terra, os

contratos de arrendamento poderiam ser renovados por igual período.

Atualmente todos os lotes rurais são arrendados pelo prazo de 15 anos; também renováveis por igual período após a comprovação de seu aproveitamento.

"Art. 10º- Os lotes rurais serão concedidos pelo sistema de arrendamento pelo prazo de 15 (quinze) anos podendo ser renovado por igual período.

Parágrafo Único - Para a renovação do contrato o interessado de verá comprovar o efetivo e total aproveitamento da área arrendada." (20)

Devido a essas modificações, nem todos os lotes apresentam um prazo comum para o arrendamento, e somente os mais recentes são regidos por este novo prazo. No geral os lotes estão concentrados no período de 30 anos.

Essa diminuição do tempo de arrendamento resultou na insatisfação por parte de alguns que se vêm de certa forma prejudicados, na medida em que consideram 15 anos um período muito pequeno e insuficiente para as atividades agropecuárias, principalmente para a criação de gado.

Também as regulamentações sobre a taxa de arrendamento variaram muito nesse espaço de tempo. A principal modificação se refere à própria natureza dos critérios estabelecidos para arrendar. Se no período inicial o pagamento era regulado com base num valor atribuído à terra devido as suas condições de exploração e de localização, atualmente ele é estabelecido com base na combinação de dois fatores: o nível do salário mínimo vigente na região e o tamanho do lote pretendido.

De fato, antes o arrendatário era obrigado a pagar uma taxa inicial de 5.0 a 10,0% sobre o valor da terra arrendada. Havia um período de carência (em média 2 anos) onde o arrendatário era isento do pagamento da taxa sobre o direito de uso do lote e gradativamente esse percentual ia aumentando. A variação dessa taxa era determinada com base numa tabela previamente organizada pela NOVACAP, tendo em vista não só os critérios já relacionados, como também o tipo de exploração a ser desenvolvido. (21)

Atualmente, o valor inicial da taxa de arrendamento é de 5.0% do salário mínimo vigente por hectare ou fração ao ano, sendo reajustado toda vez que houver mudança no nível salarial da região. (22) Existe também o mesmo período de carência estabelecido nos decretos anteriores e a variação da taxa de arrendamento é determinada com base nos valores padrões a que se refere a lei nº 6.205 de 29/04/1975 do G.D.F.

Como a forma de pagamento era determinada de acordo com os decretos e leis vigentes no período em que se efetivava o arrendamento do lote pretendido, o que observamos atualmente é uma grande variação quanto ao pagamento desta taxa. Por exemplo: um lote de 44 hectares situado em Sobradinho 1, porque foi arrendado em 1968, paga atualmente a importância de Cr\$ 390,00/ano

pelo arrendamento. Enquanto que um outro lote de igual tamanho e situado no mesmo núcleo rural, pelo fato de ter sido arrendado recentemente, paga a importância de Cr\$ 3.000,00 pela mesma taxa. No Núcleo Rural de Taguatinga encontramos um número relativamente grande de pessoas que pelo fato de terem arrendado o lote há mais tempo pagam uma taxa que varia de Cr\$ 3,00 a Cr\$ 4,00; nesse mesmo núcleo os lotes do mesmo tamanho, mas de ocupação recente, pagam uma média de Cr\$ 2.000,00 a Cr\$ 4.000,00.

Para todas as regulamentações é estabelecida uma multa de 10% sobre o valor anual do arrendamento, caso o arrendatário atrase o pagamento.

Todas as rendas provenientes do arrendamento de imóveis no DF são recolhidas pela Fundação Zoobotânica do Distrito Federal e aplicadas nos serviços de revenda de material agropecuário ou em outras despesas que visem ao benefício do arrendatário.

Dos arrendatários entrevistados, apenas 43,0% paga regularmente a taxa estipulada; o restante nunca pagou ou paga com um atraso de até 4 anos.

A maioria dos informantes encontra dificuldades no pagamento da taxa de arrendamento. Mais de 60,0% dos arrendatários entrevistados indicaram que esse pagamento se torna caro e difícil devido à própria insegurança da atividade agrícola, que depende entre outras coisas das flutuações do mercado e das possibilidades de uma boa safra. Outros afirmaram ser necessário ter outra fonte de renda que não a agricultura para poder cumprir com tranquilidade as exigências do pagamento.

Para nós, o pagamento sobre o direito de utilização das terras no DF, apesar de não representar a renda da terra propriamente dita, pode ser considerado como uma parte da renda que o arrendatário satisfaz ao arrendador para a valorização econômica de seu monoplóio. Esta taxa também constitui um mecanismo de discriminação e de controle ao acesso a terra.

"Eu acho que há um sinão, por exemplo, a chácara não cultivada paga a mesma importância da cultivada. Eu acho que o pagamento deveria ser proporcional ao cultivo." (Arrendatário - Sobradinho 1)

"É difícil porque é por ano, mas na época de pagar é que é duro. A produção da chácara dá pra pagar mas a gente tem que fazer economia. A adubação sobe e a verdura não. Na hora de vender é aquele preço tão baixo." (Arrendatário - Taguatinga)

"É bastante cara porque se não se tem renda fixa a pessoa se arrisca a passar necessidade. E a lavoura é muito arriscada, às vezes dá problema de praga, de fogo, e o preço do mercado não ajuda." (Arrendatário - Alagado)

"Tá difícil e vai aumentar, tem ano que deu pra pagar folgado mas tem ano que não. Nós já discutiu com o Secretário da Agricultura, com o Governador, mas até agora não mudou nada. Se a

terra fosse minha tã certo, nã era obrigado pagar, mas arrendamento pro Governo! Nã jã pagou muito dinheiro." (Arrendatãrio - Rio Preto)

"Nã acho difícil pagar o arrendamento porque isso ã normal. Em outros paìses existe uma parte que ã prãpria para o Governo. De inìcio a gente jã sabe que tem que pagar e entã se prepara. Isso ã em todas as profissões." (Arrendatãrio - Rio Preto)

Com relaçaõ às proibições estabelecidas nos contratos de arrendamento, observamos que existem duas mais importantes. A primeira delas refere-se ao nũmero de lotes arrendãveis a uma sã pessoa. A segunda diz respeito às situações de subarrendamento e sublocaçaõ.

Quanto ao nũmero de lotes possìveis de serem arrendados a uma sã pessoa, ficou estabelecido desde o inìcio que nã seria permitido o arrendamento de mais de um lote para a mesma pessoa, ainda que atravẽs de filhos esposa ou dependentes (art. 11 Resoluçaõ 20 de 21/10/59 - NOVACAP)

Atualmente ainda vigora essa medida, com a exceçaõ do caso em que o arrendatãrio provar o total aproveitamento do primeiro lote e reunir condições para a exploraçaõ de outro (Do SISTEMA DE ARRENDAMENTO - Parãgrafo Único - Dec. nã 2.739 de 16/10/74 - G.D.F.)

Nem sempre isso foi cumprido por todos os arrendatãrios, existem pessoas que arrendaram mais de um lote e o fizeram em nome dos filhos, da esposa ou mesmo de um amigo. Em Vargem Bonita encontramos pessoas que arrendaram atã cinco lotes rurais.

O que ã significativo em tudo isso, nã ã o fato de existirem agricultofes que conseguem arrendar ilegalmente mais de uma parcela. O importante sã as modificações ocorridas a nìvel das regulamentações e dos decretos. Se tentarmos apreender atravẽs das transformações das leis as reorientações da polìtica, observaremos que a permissã de arrendar mais de um lote àqueles que tenham provado o total aproveitamento do primeiro lote e que reunam "condições" para a exploraçaõ de outro, poderã resultar numa nova transformaçaõ da estrutura agrãria. ou seja numa reconcentraçaõ dos imãveis rurais nas mãos de poucos. Esta nova concentraçaõ apresenta como principais objetivos a produçaõ para o mercado e a obtençaõ de valor excedente.

A segunda proibiçaõ estaria relacionada ao fato do arrendatãrio nã poder "subarrendar, sublocar, emprestar ou mesmo transferir, no todo ou em parte, ainda que a tìtulo precãrio, o imãvel arrendado." (Art. 15 da EXTINGAõ, RESCISAõ, CESSãO E DESISTÊNCIA DO ARRENDAMENTO - Dec. nã 2.739 de 16/10/74-G.D.F.)

Na realidade encontramos, com alguma frequênciam, as mais diferentes situações de subarrendamento nos nũcleos rurais. Em mãdia 10% dos lotes em relaçaõ ao total pesquisado foram considerados por nãs como subarrendamento.

Identificamos basicamente 3 tipos de subarrendamento:

- Uma primeira situação onde o uso da terra se define como fonte de lucro capitalista e o objetivo da exploração é a maximização do lucro;
- Uma segunda situação, ligada por sua vez à maximização da terra e que assume um caráter especulativo sobre a base de valorização da terra. Nesse caso o arrendatário aguarda a valorização do terreno garantindo a posse do lote através da exploração realizada pelo subarrendatário;
- E finalmente uma terceira situação, que se apresenta mais como uma variante da segunda, em que é marcante a presença de relações familiares. Embora intencionalmente o objetivo da maximização da terra não esteja claro, devido principalmente à predominância das relações familiares, no fundo o arrendatário está mantendo um terreno que futuramente poderá ser objeto de especulação.

5 - Quanto à utilização de programas assistenciais

Com o mesmo objetivo de apresentar as diferenças existentes entre as disposições legais e o que realmente ocorre, tentaremos analisar neste último ponto, as condições reais de funcionamento dos programas assistenciais utilizados pelas instituições governamentais, no atendimento aos agricultores dos núcleos rurais do Distrito Federal.

Nosso objetivo é caracterizar a natureza dos programas assistenciais utilizados; identificar a quem atendem e apresentar suas contribuições e principais limitações.

Antes porém, queremos deixar claro que a assistência técnica e financeira e os planos de educação escolar rural serão vistos aqui não apenas como instrumentos de políticas agrárias, pensados e implantados como expressão da intervenção e do controle do Estado na economia ou como possíveis agentes de modernização. Na realidade, procuraremos analisar a viabilidade desses programas, ao nível da situação social e econômica dos núcleos rurais do DF.

De um modo geral, a assistência ao agricultor do DF é prestada diretamente pelo governo, através de seus serviços de fomento e extensão rural, e indiretamente pelas empresas comerciais particulares, mediante a compra e venda de produtos agropecuários e de outros insumos utilizados na produção.

As atividades de fomento e extensão rural visam atender os agricultores nos seguintes pontos:

- O fornecimento de insumos para a produção, através da organização de serviços especializados para a distribuição ou venda de sementes, mudas, fertilizantes, inseticidas, etc.
- A prestação de serviços básicos no que se refere à mecanização agrícola, conservação dos solos, obras de irrigação e demais construções rurais.

- E a assistência técnica propriamente dita, orientada para a mudança nos padrões de comportamento do agricultor e para o desenvolvimento de determinados ramos da produção.

De fato, as regulamentações são bastante claras na definição de seus objetivos:

"Art. 20 - A Fundação Zoobotânica do Distrito Federal com a colaboração do Governo do Distrito Federal e seus órgãos, dentro de suas possibilidades e conveniências, dará assistência técnica aos arrendatários (grifo no so) atendendo o desenvolvimento de práticas de conservação do solo, irrigação, adubação, plantio e a anulação do intermediário na colocação dos produtos obtidos pelos arrendatários."

Art. 21 - A Fundação Zoobotânica do Distrito Federal adotará medidas a seu alcance a fim de facilitar aos arrendatários o financiamento, por parte dos estabelecimentos de crédito, de todas as atividades desenvolvidas no lote." (23)

Já as atividades de assistência técnica prestadas pelas organizações comerciais particulares especializadas no fornecimento de insumos para a agropecuária, visam a orientar o agricultor somente na utilização adequada dos insumos vendidos.

Na realidade, os programas de assistência técnica e financeira pouco benefício têm trazido aos agricultores dos núcleos rurais. E o Estado, apesar de exercer o controle das terras e das condições institucionais necessárias à realização de seus objetivos de abastecimento, não conseguiu, até o momento, tornar os núcleos rurais economicamente produtivos, conforme seus objetivos.

A natureza seletiva e limitada dos programas assistenciais utilizados e os problemas administrativos dos órgãos governamentais responsáveis pela execução desses planos, muito contribuem para o mal funcionamento da política de abastecimento local.

Os beneficiados são quase que exclusivamente os que produzem com objetivos de mercado. Os demais agricultores e os trabalhadores rurais são incluídos somente nos programas sanitários e educacionais.

"O Governo faz muita propaganda dizendo que vai ajudar os agricultores, sô mandam para os deputados, senadores. Para eles é tudo facilitado e para os pequenos agricultores fica esquecido. Falam muito, mas na prática nada se faz. Dizem que vão incentivar mas até hoje não ví resultado." (Arrendatário - Alagado)

"... Não sei o que é isso de crédito agrícola, mas acho que não é coisa pra gente ..." (Tomador de conta - Rio Preto)

"Assistência técnica! Isso eu nunca ví não. Pode ser que tenha, mas não chegou aqui não." (Arrendatário - Rio Preto)

São muito frequentes depoimentos como estes, principalmente nos núcleos rurais onde é elevado o percentual de arrendatários que utilizam os lotes para fins de recreação e lazer. Nestes núcleos o grau de insatisfação dos "tomadores de conta" e mesmo de alguns arrendatários é muito mais acentuado e personificado que nos demais. Também nos casos de atuais assalariados ou parceiros que antes possuíam um pedaço de terra para plantar e morar, a insatisfação se manifesta associada a uma certa consciência da divisão de classe. "Eu agora sou o empregado deles, e isso é muito diferente."

Com relação aos problemas administrativos, que na realidade são problemas de planejamento governamental, a defasagem entre as políticas econômicas e os instrumentos utilizados para o seu controle; a burocratização dos serviços; a escassez de pessoal qualificado e o mecanismo de decisões utilizado, muito contribuem para a não realização das políticas propostas.

Com o objetivo de supervisionar o funcionamento dos lotes e de facilitar a difusão de técnicas de produção mais racionais, foram instaladas nos núcleos rurais e nas cidades satélites próximas às sedes administrativas. Estas sedes formariam juntamente com os postos de revenda, as escolas primárias rurais e os postos de atendimento médico, um conjunto integrado de serviços à disposição dos agricultores.

De acordo com os objetivos da política, os técnicos agrícolas residentes nas sedes administrativas seriam os agentes diretos da introdução de novas técnicas e novas formas de utilização das terras. Os difusores do uso da máquina e dos fertilizantes.

Segundo os técnicos, o principal obstáculo ao desenvolvimento dos núcleos rurais, está na ignorância do homem do campo e na resistência ao uso de tecnologia.

"As plantações dos japoneses são melhores porque eles compram sementes no estrangeiro." (Técnico agrícola - Departamento de Terras e Colonização)

Na realidade eles assumem um raciocínio simplista e totalmente desvinculado da estrutura social e das condições reais de produção do agricultor. "Quem não compra semente selecionada não produz satisfatoriamente." Não percebem que o não funcionamento ou o funcionamento deficiente dos núcleos rurais possui causas muito mais complexas e abrangentes, vinculadas aos próprios objetivos políticos e ao próprio modo e condições em que se realiza a produção.

A forma como essa assistência é realizada assume características bem interessantes. Nos núcleos rurais em que as sedes administrativas estão situadas nas cidades satélites próximas, é elevado o número de pessoas que simplesmente desconhecem as possibilidades de assistência técnica para a produção agropecuária. Em média 60,0% dos informantes afirmaram que não existem sedes administrativas e que "cada pessoa toma conta do que é seu", ou então identificaram o pessoal técnico com o Ministro da Agricultura, o guarda florestal ou mesmo o pessoal dos serviços de recenseamento.

Já nos núcleos rurais cujas sedes administrativas funcionam dentro de seus limites, a situação é bem diferente. Como muitos dos entrevistados utilizam os serviços de assistência técnica existentes, o nível de insatisfação e de exigências é muito mais elevado que nos demais núcleos rurais. De fato, "se as coisas existem e tão aí pra gente ver porque não funcionam?" No Rio Preto, por exemplo, são exigidas soluções tanto para os problemas relativos à produção, como para as dificuldades de eletrificação e transporte. Até mesmo os casos de conflitos de terra e de invasão são levados à administração local.

"Eu aqui faço de tudo, resolvo todos os problemas e todas as brigas. Quando é preciso sou até polícia." (Administrador - Vargem Bonita)

O fato dos técnicos administrativos concentrarem em suas mãos o poder de decisão sobre diferentes assuntos, se de um lado contribui para a limitação da assistência técnica propriamente dita, (já tão deficiente devido a escassez de pessoal qualificado), de outro, tende a produzir um certo tipo de resistência e de insatisfação entre os agricultores dos núcleos rurais. Foi o que observamos em dois dos núcleos pesquisados. Seus administradores, além das funções normais, eram responsáveis pela fiscalização sobre o financiamento bancário, e ainda elaboravam os projetos de exploração dos lotes.

A dificuldade no relacionamento administrador/agricultor é maior ainda quando o administrador exerce alguma atividade produtiva no lote.

"Como é que a gente pode confiar que ele ajude se ele é o dono da chácara da esposa? Ele é igual a gente porque também tem uma chácara e não é igual a gente porque é o dono daqui." (Arrendatário - Rio Preto)

"Ele é o dono das chácaras ... É o dono que toma conta dos erros das chácaras." (Tomador de conta - Rio Preto)

Na realidade os administradores são levados a procurar outras fontes de renda, como uma forma de suprir a baixa remuneração que recebem por seu trabalho nos núcleos rurais.

Está claro que existe deficiência de pessoal técnico qualificado, tanto em número como em nível de qualificação. A ausência de uma equipe integrada e os próprios objetivos dos programas assistenciais dificultam a difusão da tecnologia.

"A meu ver o funcionamento dos núcleos rurais só melhoraria muito se existissem mais técnicos. Eu sozinho para dois núcleos é quase impossível. Cada visita no lote dura uma manhã e são muitos os lotes que necessitam de visita" (Administrador - Sobradinho 1 e 2)

"O núcleo é deficiente. Para ter uma equipe boa deveria ter A

grônomo e Veterinário com os respectivos técnicos." (Administra-
dor - Alagado e Santa Maria)

O único ponto considerado satisfatório pelos informantes é o se-
tor de mecanização que, apesar das dificuldades burocráticas, dispõe de um ser-
viço regular de atendimento aos arrendatarios. Entretanto só tem acesso ao
serviço de mecanização os arrendatários que apresentam condições de cultivar
os lotes. "Trator só é bom para quem tem dinheiro pra plantar, quem não tem
fica sem nada do mesmo jeito."

Os postos especiais de revenda de material agropecuário, funcio-
nam com o objetivo de facilitar a locação de insumos nos centros de produção
agropecuária.

Afora o posto central que funciona no Setor de Indústria e Abas-
tecimento, existem atualmente postos de revenda de material agropecuário dis-
tribuídos entre as sedes administrativas dos núcleos rurais e as cidades de
Unai, Buritis e Padre Bernardo.

Logo no início da implantação dos referidos postos, ficou esta-
belecido que o serviço especial de revenda não teria objetivos de lucro. Entre-
tanto, fomos informados da existência de projetos de transformação desses pos-
tos em empresas. Essa mudança de objetivos poderia estar relacionada à cres-
cente elevação no volume de vendas de material agropecuário que só para o pe-
ríodo de 1969/73 teve um aumento de 550,0%. (ver tabela nº 06)

Se atualmente o atendimento aos agricultores dos núcleos rurais
é insignificante quando relacionado ao atendimento total, a transformação dos
postos de revenda em empresas só contribuirá para reduzir ainda mais esse ní-
vel de atendimento. No posto de revenda do Gama, por exemplo, apenas 20,0% do
total de suas vendas, destina-se aos agricultores dos quatro núcleos rurais si-
tuados na região. O mesmo ocorre com a revenda de Sobradinho, seus maiores com-
pradores são os fazendeiros de Planaltina e Formosa.

Para nós, este fato reflete (a nível de programa assistencial),
a mudança nos objetivos da política de abastecimento do DF, e reforça a idéia
de transformação dos lotes rurais em agro-empresas.

Com base nas informações obtidas junto aos agricultores dos
núcleos rurais pesquisados, apenas 7,9% dos informantes comprou implementos me-
canizados nos serviços especiais de revenda. E mesmo para os implementos mais
simples, como por exemplo, trituradores e desintegradores de ração, a revenda
participa com apenas 5,3% em relação ao total das compras efetuadas pelos agri-
cultores.

Somente os itens, remédio/vacinas e ferramentas é que apresen-
tam um percentual de compra mais elevada, (41,2% e 44,3% respectivamente). A
maior procura por remédios e vacinas está relacionada tanto ao fato dos servi-
ços de vacinação serem gratuitos, como à própria proximidade dos postos para
os casos de emergência.

TABELA nº 07

Local de compra dos principais insumos utilizados pelos agricultores dos NÚCLEOS RURAIS 1975 (%)			
ESPECIFICAÇÃO	SERMA ^a	PARTICULARES	OUTRAS SITUAÇÕES ^b
Implementos mecanizados ^c	7,9	54,4	37,7
Implementos não mecanizados ^d	5,3	63,1	31,6
Ferramentas	44,3	21,3	34,4
Adubos/Fertilizantes	29,3	60,0	10,7
Raçõs/Forragens	20,0	65,7	14,3
Remédios/Vacinas	41,2	17,7	41,1
Mudas Seleccionadas	16,2	78,4	5,4

a. Serviço Especial de Revenda de Material Agropecuário - G.D.F.

b. Não sabe informar, já recebeu junto com o lote

c. Tratores, pulverizadores, motores, tobatas

d. Trituradores, desintegradores, etc.

A primeira razão apresentada para o baixo volume de compra nos postos de revenda estaria relacionada ao fato de o serviço de revenda só vender seus produtos à vista. Por isso tanto as pessoas que compram em maiores quantidades, como aquelas que não tem condições de comprar à vista, dão preferência aos estabelecimentos comerciais particulares que facilitam a compra à prazo. Uma das formas de pagamento mais em uso é o efetuado com o rendimento da colheita. O que não deixa de representar um maior endividamento do produtor com relação ao capital comercial. Endividamento este em parte facilitado pela proibição de vendas à prazo nos postos de revenda.

Uma segunda razão responsável pelo baixo volume de compras, estaria relacionada a não diversificação dos produtos oferecidos pelos postos de revenda, em contraposição à grande variedade de estoque dos estabelecimentos comerciais particulares. Os horticultores, em sua maioria, pelo fato de utilizarem insumos selecionados, são os que menos compram nos postos de revenda do governo.

Um último fator apresentado pelos informantes é a demora no recebimento dos pedidos. Como muitos dos produtos são armazenados no setor de indústria e abastecimento no Plano Piloto, os agricultores chegam a esperar até 15 dias para receberem os insumos solicitados.

Devido principalmente a estas dificuldades, e como não existem grandes variações entre os preços dos produtos dos estabelecimentos particulares e o dos postos de revenda, o fato da boa localização destes últimos por si só não é suficiente para incentivar os agricultores a realizarem suas compras no serviço especial de revenda.

Com relação a rede escolar montada nos núcleos rurais, sob a coordenação da Fundação Educacional do DF, observamos que ela reproduz os mesmos

problemas de educação escolar rural no Brasil: o nível educacional é qualitativamente inferior ao oferecido nos centros urbanos; existe escassez de pessoal qualificado e é a mesma a precariedade das instalações e equipamentos.

Por outro lado o sistema educacional não responde às necessidades específicas da formação social em estudo. Os objetivos da escola não se integram no campo de suas necessidades vitais, pois não apenas reflete mas está comprometida com valores nitidamente urbanos.

O ensino primário é a única forma de educação acessível à maioria dos habitantes dos núcleos rurais. E mesmo assim está longe de atender a toda população escolarizável. Na realidade, o período de escolarização foi para a maior parte dos informantes o do início do trabalho produtivo e só para alguns o do início da escolarização.

Atualmente, 42,1% das pessoas em idade de frequentar o curso primário nunca foi a escola. Essa proporção aumenta para os familiares dos tomadores de conta, onde 64,6% da população escolarizável não estuda. (ver tabela nº 08)

Não resta dúvida que os pais tendem a valorizar o estudo dos filhos, entretanto a necessidade de mão de obra auxiliar é tão grande que muitas vezes anula qualquer possibilidade de estudo.

Se relacionarmos as informações contidas nas duas tabelas nºs 08 e 09, veremos que os familiares dos tomadores de conta em idade de frequentar o curso primário são os que menos frequentam escolas e ao mesmo tempo os que mais ajudam na produção dos lotes.

Por outro lado, como existe um grande descompasso entre o período da atividade escolar e o ciclo do trabalho agrícola, a frequência escolar costuma diminuir muito nas épocas de colheita ou de outros trabalhos coletivos na lavoura.

Em decorrência deste e de outros fatores, como por exemplo as dificuldades de locomoção e de transporte, observamos que as taxas de evasão e repetência costumam ser elevadas. Principalmente nos núcleos rurais onde é mais frequente a utilização da mão de obra infantil e onde a família representa a unidade básica da produção.

Nas economias de mercado, onde as condições do trabalho produtivo são diferentes e a valorização do estudo é mais acentuada, a importância da escolarização é muito grande pois habilita-os para os trabalhos urbanos.

De fato, quando o informante está inserido na economia de mercado, a escola assume outro significado. É um meio para a compreensão de certos valores da atividade urbana, como por exemplo certas normas e legislações necessárias as atividades no mercado.

O ensino de práticas agrícolas é inexistente nos núcleos rurais. Mesmo para o Distrito Federal ele continua sendo um ramo pouco expressivo no

sistema educacional escolar. Sendo um tipo de ensino dispendioso que exige investimentos em instalações e equipamentos, ele não tem despertado maiores interesses. Existem atualmente no DF poucas escolas agrícolas de nível médio e elas continuam inacessíveis à quase totalidade dos agricultores.

Não obtivemos maiores informações sobre o funcionamento de programas de educação de adultos. Sabemos somente que houve uma tentativa em Vargem Bonita e que não foi adiante por falta de alunos.

Apesar da diversidade de opiniões relativas à assistência educacional oferecida aos núcleos rurais, encontramos basicamente duas naturezas de respostas que expressam dois tipos de situações bem diferenciadas.

A primeira situação define claramente a visão que os arrendatários têm do sistema educacional rural. Aqui são questionados desde o tipo de orientação pedagógica utilizado até as dificuldades de continuidade dos estudos.

Na segunda situação, ao contrário, nada é questionado, a educação é considerada um fator meramente ocasional. São pessoas que nunca tiveram oportunidade de estudar e muito menos de frequentar uma escola, por isso o fato de existir uma escola por si só é suficiente.

"Lá onde nós tava num tava bom. Nós era meeiro, aí a gente queria trabalhar por nossa conta. E a gente resolveu ficar aqui porque os meninos precisavam ir para a escola, e essa escola tem professor." (Tomador de conta - Rio Preto)

"Aqui dentro do distrito tem assistência médica, estudo pros meninos que de primeiro não tinha. Agora tá confortado. Eu acho bõ que aqui entrou esse distrito, de primeiro nós era atrasado. Eu sou analfabeto mas meus fios já sabe um pouco." (Tomador de conta - Rio Preto)

"Nós tamo feliz porque o Governo inventou o núcleo. Tem escola, remédio, mas isso não adianta, o negócio é ter dinheiro. Agora a única coisa que adianta é a escola." (Tomador de conta - Rio Preto)

Apresentaremos aqui somente as principais características da assistência financeira prestada aos arrendatários dos núcleos rurais. Este aspecto será melhor desenvolvido quando analisarmos (na terceira parte do trabalho) as condições de produção e as formas de utilização dos lotes rurais no Distrito Federal.

No caso específico do DF, os programas de crédito agrícola funcionam muito mais como uma forma de endividamento dos agricultores do que como instrumento de elevação da capacidade produtiva das explorações. Isso ocorre principalmente porque não existe uma correspondência entre os objetivos das instituições bancárias que visam principalmente o retorno e a reprodução do capital financiado, e os propósitos formais da política de colonização em utili-

zar o sistema financeiro como meio de facilitar aos arrendatários maiores condições de inversão de capital nas explorações.

O fato do arrendamento em si além de dificultar o acesso ao crédito agrícola para a maioria dos arrendatários, ainda limita o montante dos empréstimos bancários a 50 salário-mínimos.

Nos lotes rurais em regularização a situação torna-se mais difícil pois exige-se do arrendatário a assinatura de dois avalistas para a obtenção do financiamento.

Como os objetivos dos programas de crédito agrícola não correspondem as necessidades do produtor pois não fornecem o mínimo necessário para a dinamização da exploração, eles recorrem às casas comerciais que facilitam o financiamento, "apesar dos juros serem mais elevados".

Vimos que, na realidade esse conjunto de instrumentos utilizados não é suficiente para produzir as condições necessárias ao funcionamento dos núcleos rurais, segundo os objetivos de produção para o abastecimento local. Não é suficiente e é limitado, pois restringe-se a esfera da produção e não atua na fase de comercialização dos produtos.

Por outro lado não existe uma unidade de objetivos e uma atuação conjunta e regular. Cada um dos programas funciona isoladamente segundo objetivos próprios, (muitas vezes contrários a proposição geral) e não segundo as condições reais da formação social em estudo.

PARTE III

AS CONDIÇÕES SOCIAIS QUE ENVOLVEM A AGRICULTURA NO DISTRITO FEDERAL

Com o objetivo de caracterizar a estrutura sócio-econômica dos núcleos rurais, procuraremos analisar o processo pelo qual a produção econômica se realiza e observar as formas específicas de relações que se estabelecem entre os indivíduos e os objetos e instrumentos de produção.

Subdividiremos nossa apresentação em 3 itens:

- 1 - A estrutura fundiária e a produção agrária.
- 2 - As condições de produção e as formas de utilização dos lotes rurais.
- 3 - A exploração da força de trabalho na agricultura do DF.

No primeiro item tentaremos apresentar uma visão geral dos significados dos processos sociais e econômicos que marcam a existência dos núcleos rurais no DF e que definem a transformação de uma economia agrária tradicional (baseada na grande propriedade e voltada para pecuária extensiva) para uma economia organizada em pequenas parcelas de terras arrendadas, onde a produção de mercadorias representa a base do desenvolvimento agrícola do DF.

No segundo item, nosso propósito é mostrar, através do estudo das condições de produção e das formas de utilização dos lotes rurais, que o modelo de formação de cinturões verdes trouxe implícito a adoção de práticas capitalistas de produção e que realmente existe uma tendência geral de reprodução das formas de exploração capitalistas.

E finalmente no terceiro item procuraremos caracterizar as relações de trabalho existentes e analisar o universo de manifestação da exploração da força de trabalho e suas condições de reprodução.

1 - A estrutura fundiária e a produção agrária

Sabemos que a estrutura fundiária dos núcleos rurais se formou como o resultado de um loteamento planejado das terras e teve por fundamento a implantação de um "cinturão verde" para o Distrito Federal. Ela é o reflexo de uma proposição que objetiva em primeiro plano a produção de mercadorias para o abastecimento local e, num segundo, o controle da posse das terras e a fixação da mão de obra excedente.

A análise empírica nos permitiu caracterizar dois momentos bem diferenciados da formação e desenvolvimento dos núcleos rurais. O primeiro momento, que corresponde ao período inicial de sua implantação, pode ser caracterizado pelo predomínio da produção para o consumo próprio. E o segundo momento, que teve início com a constituição de um mercado de consumo organizado, é caracterizado pelo predomínio da produção para o mercado.

Nesse primeiro momento, a terra, quando era explorada, destinava-se predominantemente ao cultivo de produtos para o consumo próprio. Essa atividade pouco tinha a ver com as condições do mercado consumidor da região.

Eram culturas de subsistência e apenas o excedente era enviado ocasionalmente ao mercado.

Paralelo a isso, um número considerável de lotes rurais foram arrendados para fins de lazer e especulação.

Na realidade os núcleos se apresentavam como um sistema quase-fechado. Encontramos de um lado, lotes rurais utilizados apenas para fins improdutivos e, de outro, pequenas unidades econômicas que funcionavam muito mais no sentido de assegurar a subsistência de seus próprios membros do que a produção de mercadorias.

Vários fatores contribuíram para essa caracterização inicial da estrutura econômica dos núcleos. Em primeiro lugar o próprio processo de ocupação dos lotes se realizou de uma forma desordenada e praticamente sem o controle e a assistência das instituições governamentais responsáveis pelo funcionamento dos núcleos.

A disponibilidade inicial das terras e as facilidades de acesso às parcelas contribuíram para que, em vez da utilização para produção de mercadorias, o processo de ocupação dos núcleos representasse muito mais um mecanismo de fixação da mão de obra excedente da construção civil e uma possibilidade de utilização dos lotes para fins de lazer e especulação.

Por outro lado, as condições de formação de um mercado consumidor e as possibilidades de comercialização foram inicialmente limitadas e incertas. As constantes discussões sobre a transferência definitiva do DF, e a própria natureza da política de abastecimento levada a efeito nesse período, muito contribuíram para a insegurança dos agricultores na realização de maiores inversões de capital em suas explorações.

Com o elevado crescimento da população do DF, a organização das cidades e a formação de um mercado consumidor, o que ocorre é uma reorientação nos objetivos da política de colonização e a redefinição para a produção de mercadorias e para o abastecimento local.

De fato, somente quando as instituições governamentais sentiram a necessidade de redefinir seus objetivos e quando as pessoas perceberam que "arrendar é lucrativo pois o mercado oferece ótimas condições", é que as formas de utilização e de ocupação dos lotes rurais apresentaram novas e complexas características. Só então as unidades econômicas começaram a se organizar sob bases empresariais e com objetivos de lucro. É o momento da formação e predominância de uma economia de mercado.

A disponibilidade inicial das parcelas diminuiu em decorrência principalmente da própria limitação do número de núcleos implantados e da maior procura para arrendar.

Paralelo a isso existe um maior controle de acesso às parcelas. O tempo de arrendamento é reduzido de 30 para 15 anos e são formuladas novas exigências com relação ao arrendamento dos lotes rurais. Exige-se dos preten

dentes, a apresentação de planos de exploração e a comprovação de idoneidade financeira.

Essa tendência à elevação da produção e à formação de uma economia de mercado se realiza paralelo ao movimento de expulsão daqueles que produzem para a subsistência e ao acesso do empresário que produz para o mercado.

A medida que se expandia a exploração para o mercado, alguns arrendatários que dispunham de melhores condições, passaram a aproveitar o que antes havia de capacidade ociosa em suas unidades produtivas e a produzir diretamente para o mercado. Ao contrário, aqueles que não apresentavam condições para atender as novas exigências do arrendamento foram gradativamente abandonando os lotes.

Atualmente uma parcela muito reduzida das explorações pode ser caracterizada como economia de subsistência. Na realidade, a maior concentração está situada a nível de economia de mercado.

Os objetivos de lazer e especulação também encontram-se presentes. A ocupação dos lotes para fins improdutivos tem sido uma constante na formação e desenvolvimento dos núcleos rurais. Tanto no período em que predominou a economia de subsistência, como atualmente com o predomínio da exploração para o mercado, o número de parcelas arrendadas para esses fins sempre foi elevado.

Somos levados a pensar que os objetivos de formação de um "cinturão verde" no DF são puramente formais e que em algumas situações encontram-se subordinados aos objetivos políticos e aos mecanismos de poder e de prestígio social.

Atualmente, apesar da formação de um mercado consumidor e do predomínio da exploração para o mercado, a produção dos núcleos rurais não atende as necessidades de abastecimento do DF. Com exceção de alguns produtos perecíveis que ainda encontram condições de competir no mercado e das atividades de criação vinculadas à firmas comerciais monopolizadoras do abastecimento, os demais produtos cultivados não conseguem fazer frente à concorrência dos outros centros que produzem a custos mais baixos e em grande escala.

Vejamos então quais as características que assumem atualmente a estrutura fundiária e a produção nos núcleos rurais.

Em decorrência dos objetivos de distribuição de terras e de produção especializada de mercadorias para o consumo alimentar da população, o que se observa inicialmente é o predomínio de pequenas e médias parcelas de terra.

A tabela nº 12 confirma a idéia de que existe uma elevada concentração de lotes de tamanho não superior a 60,0 hectares. Em média 58,7% do total dos lotes pesquisados situam-se nos dois primeiros intervalos de área.

À medida que esses intervalos passam a representar maiores extensões de terra o percentual diminui e apenas 3,2% do total dos lotes compreendem uma extensão igual ou superior a 150,0 hectares.

O fracionamento dos antigos latifúndios em pequenas e médias parcelas de terra, dificultou o desenvolvimento da pecuária extensiva (antes predominante) e deu lugar ao cultivo de produtos de horticultura e fruticultura que não exigem grandes extensões de terra como condição necessária para a sua produção e rentabilidade.

Em decorrência do desenvolvimento desse tipo de exploração, a introdução das relações de mercado nas economias de subsistência se deu sem alterações importantes na estrutura fundiária dos núcleos e não negou o esquema de divisão dos mesmos em pequenos e médios lotes.

Entretanto, tudo indica que existe atualmente uma tendência a reconcentração das terras. Com a expansão das atividades para o mercado e a formação de agro-empresas, foram estabelecidas novas regulamentações para o arrendamento. Estas permitem a uma só pessoa arrendar o número de parcelas necessárias à realização de sua exploração, desde que comprove o total aproveitamento do lote que tiver arrendado anteriormente. Isso poderá modificar a estrutura fundiária dos núcleos e resultar no desaparecimento progressivo das parcelas de tamanho não superior a 30,0 hectares.

Por outro lado, essa regulamentação também favoreceu aos objetivos de especulação com a terra. Como os critérios utilizados para definir o "aproveitamento satisfatório" dos lotes são variados, aqueles que possuem condições para apresentar planos de exploração e para pagar a taxa de arrendamento estipulada, normalmente conseguem arrendar novas parcelas, mesmo que não tenham objetivos de exploração para o mercado.

Nossa maior dificuldade em obter informações mais precisas sobre a produção foi devido à ausência, entre os agricultores, de um mínimo de previsão com relação à atividade produtiva. Com exceção das agro-empresas e de alguns poucos lotes, dedicados à criação de frangos, normalmente não existe uma contabilidade de volume e de custos da produção baseada na escrituração. Não existe um controle racional do que se investe com a produção e o que se produz. "Não sei o que tenho plantado"; "está tudo esparramado por aí"; "tenho umas coisinhas lá no quintal"; foram as respostas mais frequentes sobre o volume da exploração. E mesmo os lotes cuja produção se destina ao mercado não possuem uma contabilidade ou uma programação das atividades. Apenas no momento da comercialização é que se realizam o confronto entre as despesas feitas e os rendimentos.

Como já afirmamos anteriormente a produção agrícola desenvolveu-se principalmente com base na exploração da horticultura e da fruticultura que é atualmente a principal característica da agricultura no DF.

TABELA Nº 13

Principais tipos de exploração agrícola dos lotes rurais pesquisados
DF. 1975

ESPECIFICAÇÃO	% DOS LOTES QUE CULTIVAM OS PRODUTOS ABAIXO RELACIONADOS SOBRE O TOTAL DOS LOTES PESQUISADOS
Fruticultura	89,2
Horticultura	56,9
Cereais	28,6
Mandioca	17,5
Cana	15,9
Capim	13,5
Café	2,4

A fruticultura é a atividade dominante. Aproximadamente 89,2% do total dos lotes pesquisados cultivam uma grande variedade de frutas, principalmente os cítricos e a banana.

De um modo geral essa atividade não se caracteriza como produção para o mercado. São poucos os lotes que exploram esses produtos com o objetivo de comercializar e de obter lucros. Na maioria dos casos as plantações de frutas destinam-se ao consumo alimentar ou são utilizadas como "indicadores de exploração" para garantir legalmente o arrendamento junto ao governo.

Apenas 19,2% do total dos produtos de fruticultura se destina ao mercado (ver tabela 14). A produção dos núcleos rurais é uma produção de pequena escala e com custos elevados. Os solos exigem grandes quantidades de adubos e fertilizantes. O sistema de crédito não funciona satisfatoriamente e não atende as necessidades de obtenção de capital. E por isso os agricultores locais não têm condições de competir no mercado. Na realidade, são os produtos importados de outros centros que monopolizam o mercado e determinam as variações do preço das frutas. Somente os agricultores que possuem quitandas nas feiras ou pontos comerciais nas entre-quadras do Plano Piloto conseguem obter rendimentos satisfatórios com a exploração de frutas.

Em segundo lugar temos o cultivo dos produtos de horta; 56,9% do total dos lotes cultivam hortaliças e principalmente os produtos de elevado valor comercial tais como, as folhagens, o tomate, a cenoura e a beterraba.

Ao contrário da fruticultura, desde o início esse cultivo desenvolveu-se voltado principalmente para o mercado e para o abastecimento local. Em média 55,1% dos produtos de horta destina-se ao mercado. (ver tabela nº 14)

Em terceiro lugar temos o cultivo de cereais. Apenas 28,6% do total das parcelas produzem arroz, feijão ou milho em suas explorações.

O baixo percentual dos lotes que cultivam cereais nos permite concluir que as explorações que se assemelham às economias de subsistência não

são as dominantes. Também não é dominante o regime de trabalho que permite ao trabalhador rural cultivar os produtos necessários ao seu consumo.

Os outros cultivos (cana, mandioca e capim) geralmente são utilizados na alimentação dos animais. Em alguns casos a cana é usada para a produção da rapadura e do melado, e a mandioca para o consumo alimentar dos trabalhadores.

O café não representa um aspecto importante da produção. Com exceção de alguns poucos lotes que o cultivam para fins comerciais e com objetivos de lucro, nas demais explorações esse produto é secundário e não representa fonte de rendimentos para o arrendatário.

Com relação à área cultivada dos lotes observamos que o percentual de utilização das terras para fins de produção agrícola é extremamente baixo e não superior a 16,0% da área total disponível.

TABELA Nº 15

Utilização das terras dos lotes rurais pesquisados - DF - 1975

NÚCLEOS RURAIS	Nº DE LOTES PESQUISADOS	ÁREA TOTAL (ha)	ÁREA CULTIVADA (ha)	% DA ÁREA CULTIVADA SOBRE A ÁREA TOTAL
ALAGADO	10	318,6	51,5	16,2
SOBRADINHO 1	25	796,2	116,9	14,7
TAGUATINGA	24	1.491,7	339,4	22,7
RIO PRETO	43	2.433,8	250,6	10,3
VARGEM BONITA	24	101,0	65,0	64,3
T O T A L	126	5.141,3	823,4	16,0

Somente o núcleo rural de Vargem Bonita é que apresenta um elevado percentual de utilização. Em média 64,3% da área total dos lotes se encontra beneficiada.

Vargem Bonita define-se como núcleo horticultor e grande parte de sua produção destina-se ao mercado e ao abastecimento local. Na realidade a maioria de suas explorações são pequenas empresas com produção altamente especializada e com objetivos definidos de lucro. Segundo informações do pessoal técnico da Central de Abastecimento de Brasília (CEASA), mais de 40,0% do total do abastecimento de folhagens e verduras do DF é realizado por este núcleo.

O núcleo rural que apresenta o menor percentual de utilização das terras é Rio Preto. Apenas 10,3% da área total é cultivada ou se encontra beneficiada. Teoricamente, Rio Preto estaria destinado à formação de uma bacia leiteira que viria abastecer o DF. É claro que existem alguns lotes (principalmente os pertencentes aos antigos proprietários e que já desenvolviam

a pecuária) que exercem a atividade de criação, entretanto um número considerável de explorações são destinadas à subsistência ou são utilizadas para fins improdutivo, principalmente para os objetivos de especulação com as terras.

Nos demais núcleos rurais, o percentual cultivado em relação ao total, varia entre 14,7% e 22,7%.

Em Sobradinho 1, por exemplo, encontramos a maior concentração de fruteiras destinadas ao consumo complementar dos arrendatários. Sua produção para o mercado é muito pequena e quase desprezível.

Nos núcleos rurais de Alagado e Taguatinga não existe uma predominância de cultivo que os definam como produtores de hortículos, frutículos ou como criadores. A produção é muito diversificada e abastece principalmente as cidades satélites próximas.

De um modo geral, as atividades de criação existentes são atividades secundárias e complementares à produção agrícola. Funcionam principalmente como complemento alimentar e a parte destinada ao mercado é insignificante.

Na maioria das explorações as condições de criação são precárias, não existem instalações adequadas, não são utilizadas rações e remédios contra doença, e por isso o número de mortes dos animais é muito elevado.

A maior concentração é a criação de galináceos, 52,4% do total das explorações desenvolvem essa atividade. Em segundo lugar vem a criação de suínos com 38,1% do total dos lotes e finalmente a criação de gado onde apenas 37,3% do total das explorações exercem essa atividade.

TABELA Nº 16

Principais criações desenvolvidas nos lotes rurais - DF - 1975

ESPECIFICAÇÃO	% DOS LOTES RURAIS QUE EXERCEM ESSA ATIVIDADE SOBRE O TOTAL PESQUISADO.
Galináceos	52,4
Suínos	38,1
Bovinos	37,3

Como as atividades de criação não se definem com objetivo de mercado, o volume total da produção em qualquer dos três principais ramos é igualmente baixo e insignificante.

Observamos que, em mais de 50,0% do total dos lotes que afirmaram explorar a avicultura, o número de galináceos não ultrapassa a 50 unidades. 41,7% do total das explorações possuem menos de 10 suínos e 46,9% possuem menos de 30 cabeças de gado (ver tabela 17).

Apenas algumas poucas explorações voltadas para a criação de suínos e galináceos possuem objetivos de mercado. Na maioria dos casos são ar

rendatários vinculados a firmas comerciais maiores ou são pequenas agro-empresas que possuem pontos comerciais próprios e que vendem direto ao consumidor.

Nas demais explorações, a criação e seus produtos derivados (ovos, leite, queijo) são utilizados principalmente como complemento do consumo.

Apesar do predomínio dos lotes voltados para a economia de mercado, a produção dos núcleos rurais é mínima e não atende aos objetivos de abastecimento do Distrito Federal.

Acreditamos que as dificuldades em se conseguir melhores rendimentos com as explorações é o resultado conjunto de uma série de fatores e expressa a própria natureza dos objetivos políticos e da estrutura social e econômica na qual os núcleos rurais estão inseridos.

É evidente a deficiência dos programas de assistência técnica e as limitações do sistema de crédito rural. O sistema de assistência técnica e financeira limita a atividade produtiva, não porque falte motivação e percepção de incorporação de tecnologia entre os informantes, mas porque o aparato montado para oferecer essas condições não funciona satisfatoriamente.

As dificuldades de acesso ao financiamento são grandes. A maioria dos agricultores não tem acesso ao crédito rural porque não possuem imóveis ou bens para apresentar como garantia, e a condição de arrendatário só lhes permite retirar uma quantia limitada e insuficiente em relação às necessidades reais da produção.

Por outro lado, a estrutura de comercialização é rígida e a possibilidade de alocação dos produtos no mercado é função do volume de entrada dos produtos importados dos outros centros. A própria política de fixação de preços foge ao controle local e muitas vezes o investimento com a produção é condicionado pelas possibilidades de mercado.

Na realidade existe um mal ajustamento entre os recursos existentes e as condições necessárias à realização dos objetivos propostos.

O pressuposto de que esses núcleos viriam a formar "verdadeiras comunidades produtivas" só poderia funcionar se acompanhado por transformações na estrutura da sociedade como um todo ou por um planejamento regional integrado aos objetivos do planejamento global.

Acreditamos que as condições de funcionamento dos núcleos rurais não são isoladas mas fazem parte de um processo maior e mais abrangente, que é a própria estrutura da sociedade. Por isso é necessário analisarmos a forma pela qual essa estrutura maior se reproduz e condiciona o funcionamento de uma formação social menor - os núcleos rurais do Distrito Federal. E é esse nosso objetivo de estudo nos itens seguintes. Tentaremos analisar e compreender como as formas de exploração capitalistas se reproduzem na agricultura do DF e se é de todo inviável a tentativa de produção em pequena escala numa sociedade em que predominam formas de exploração que pressupõem o monopólio

da produção e da comercialização.

2 - As condições de produção e as formas de utilização dos lotes rurais

A estrutura econômica dos núcleos rurais se caracteriza pela predominância de uma economia de mercado a nível não empresarial e pela tendência à utilização dos lotes para fins improdutivos de lazer e especulação.

Se tomarmos como base o total das informações, observaremos que 47,6% dos lotes são utilizados para fins produtivos a nível não empresarial, e que o percentual de utilização dos lotes destinados à especulação e lazer é de aproximadamente 29,4% em relação ao total das unidades de informação.

TABELA Nº 18

Caracterização dos lotes rurais pesquisados quanto a destinação - DF
-1975-

E S P E C I F I C A Ç Ã O	VALORES ABSOLUTOS	VALORES PERCENTUAIS
Lotes rurais utilizados para fins produtivos:		
Economia de mercado a nível de empresa	19	15,1
Economia de mercado não empresarial	60	47,6
Economia de subsistência	10	7,9
Lotes rurais utilizados para fins improdutivos	37	29,4
T O T A L	126	100,0

No entanto, as unidades de produção caracterizadas como uma economia de mercado a nível de empresa, são apenas 15,1% do total. E o percentual de utilização das parcelas para consumo próprio não atinge a 9,0% do total das explorações.

Para o conjunto dos núcleos pesquisados, as informações também confirmam e reforçam nossa caracterização da estrutura econômica a nível de lote rural.

Em pelo menos três dos cinco núcleos é evidente o predomínio da exploração voltada para a economia de mercado não empresarial. Isso ocorre principalmente nos Núcleos Rurais de Alagado e Taguatinga que apresentam elevadas concentrações de explorações localizadas nessa categoria.

TABELA Nº 19

Caracterização dos núcleos rurais pesquisados quanto a destinação das parcelas
- DF. 1975 -

NÚCLEOS RURAIS ESPECIFICAÇÃO	ALAGADO		SOBRADINHO 1		TAGUATINGA		RIO PRETO		VARGEM BONITA	
	V.A	%	V.A	%	V.A	%	V.A	%	V.A	%
Lotes rurais utilizados p/fins produtivos:										
Economia de mercado a nível de empresa	1	10,0	2	8,0	4	16,7	2	4,6	10	41,7
Economia de mercado não empresarial	7	70,0	9	36,0	15	62,4	21	48,9	8	33,3
Economia de subsistência	-	-	1	4,0	1	4,2	5	11,6	3	12,5
Lotes rurais utilizados p/fins improdutivos	2	20,0	13	52,0	4	16,7	15	34,9	3	12,5
T O T A L	10	100,0	25	100,0	24	100,0	43	100,0	24	100,0

A tendência para a utilização improdutiva das parcelas se manifesta em pelo menos quatro núcleos rurais, sendo que Sobradinho 1 apresenta o percentual mais elevado, 52,0% em relação ao seu número total de lotes pesquisados.

No Núcleo de Sobradinho 1 a maioria dos lotes situados nesta categoria - improdutivos - são utilizados para fins imediatos de recreação e lazer. São lotes de "fins de semana". O mesmo não ocorre com os lotes improdutivos dos Núcleos Rurais de Alagado e Rio Preto. É claro que existem algumas parcelas destinadas diretamente ao lazer, entretanto predomina um tipo de situação com novas características, onde a utilização para o lazer é secundária. São os casos de pessoas que arrendam sem objetivos imediatos de mercado e sem interesse em usufruir as parcelas para seu próprio lazer. Na maioria das vezes os lotes encontram-se praticamente abandonados e a presença de "zeladores" significa apenas a garantia do arrendamento.

Identificamos algumas situações em que os zeladores estão atualmente requerendo junto ao governo o direito de posse destas parcelas semi-abandonadas pelos arrendatários oficiais.

Uma outra situação também muito frequente, é a utilização das parcelas para fins de residência. Principalmente nos núcleos rurais mais próximos aos centros urbanos.

Encontramos ainda uma outra forma de utilização improdutiva: são os casos de parcelas utilizadas como objeto de especulação.

Com relação às concentrações de parcelas destinadas à economia de mercado observamos que apenas no Núcleo de Vargem Bonita predomina o tipo

de exploração a nível de agro-empresa. Em média 41,7% do total de seus lotes estão situados nesta categoria. Nos demais núcleos rurais o percentual não supera 16,0% do total.

E finalmente as economias de subsistência. Na realidade não existe nenhum núcleo rural em que este percentual predomine. Apenas Rio Preto e Vargem Bonita apresentam maiores concentrações. Em Rio Preto, a maioria dos informantes situados nesta categoria são antigos proprietários, sitiantes e agregados que no período da desapropriação receberam uma parcela de terra para explorar, ou são invasores sem maiores condições para produzir a nível de mercado.

Já em Vargem Bonita, os informantes situados no grupo das economias de subsistência são os antigos arrendatários que receberam as parcelas no período em que a exigência mais importante consistia na realização de um teste que comprovasse o conhecimento das atividades agro-pecuárias.

Um dos depoimentos mais importantes que confirma a idéia de que existe uma tendência crescente à expulsão deste grupo vinculado à economia de subsistência, e a expropriação de suas benfeitorias, é o de um arrendatário do núcleo rural de Taguatinga. Diz ele:

"Se eles não me tirarem eu pretendo ficar, se me tirarem aí eu vou embora de Brasília; enfrentar outra chácara, nem! É sempre assim, eles põe os pequenos pra abrir e levantar a chácara e depois vem os grandes e começam a empurrar os pequenos para o meio do mato de novo. Agora se eles forem fazer mansão daqui duvido que fique algum pequeno. Pobre aqui é pra trabalhar mesmo!"

A principal característica das economias de mercado a nível de empresa é que as explorações não se definem apenas como produção de mercadorias, mas objetivam principalmente a produção de mais valia. De fato, a exploração agrícola é o campo particular de aplicação de capital e de obtenção de valor excedente, e os arrendatários são empresários que possuem um capital a ser explorado, fato que lhes permite total independência no seu empreendimento. Eles assumem um comportamento orientado para o lucro mediante o controle e planejamento adequados dos meios e da introdução de técnicas modernas. Ao arrendatário não interessa o fato do arrendamento, ele raciocina em termos de capital e o pagamento da taxa de arrendamento é retirado do lucro da produção.

O tipo de exploração desenvolvido nas agro-empresas é menos diversificado e se apoia em grande parte na especialização da produção de horticultura, principalmente o tomate, a cenoura e as folhagens. Via de regra esses produtos apresentam um elevado valor comercial e os riscos com o que se planta e o que se deixa de plantar é função do lucro provável.

Todos os lotes rurais situados nesta categoria utilizam implementos mecanizados, principalmente tratores agrários, tobatas, pulverizadores e moto-bombas (ver tabela nº 20). Utilizam também os insumos adequados e necessários à produção.

Só poderemos estabelecer uma maior caracterização da exploração a nível de agro-empresas e compreender seus mecanismos quando as confrontarmos com as demais formas de exploração existentes na estrutura econômica dos núcleos rurais. É o que tentaremos fazer aqui, ao analisarmos as formas de utilização dos lotes nas economias não empresariais e nas de subsistência.

Igual às agro-empresas, as economias não empresariais também apresentam como objetivos a produção de mercadorias e a formação de valor excedente. Existem, no entanto, três principais diferenças entre estas duas formas de exploração econômica.

Em primeiro lugar observamos que as possibilidades de incorporação de capital nas economias não empresariais são bem menores. Em segundo lugar não existe, entre as explorações não empresariais, um controle racional da produção. Não existe uma contabilidade de custos e de lucros, e a possibilidade de êxito ou de fracasso com a exploração é ditada principalmente pela situação do mercado no momento da colheita. (24)

São frequentes afirmações como estas:

"Eu não possuo dados de dinheiro, sei apenas que gastei muito mais do que produzi." (Arrendatário - Sobradinho 1)

"Não levo nada anotado, se levar na ponta do lápis fico doido." (Arrendatário - Sobradinho 1)

"Não anoto nada, faço, vendo e como. Não anoto os rascunhos mas o adubo aumentou e as verduras continuaram com o mesmo preço." (Arrendatário - Rio Preto)

Em terceiro lugar observamos que, enquanto nas agro-empresas a preocupação primeira é a rentabilidade do capital. i.e., a possibilidade de obter maiores lucros por unidade de capital investido, nas economias de mercado a nível não empresarial a preocupação básica é a maior produção por unidade de área.

Acreditamos que existam outras diferenças entre estes dois tipos de economia de mercado, entretanto os aspectos aqui apresentados, (a limitação de capital disponível; a não previsão com a exploração e os objetivos de formação de valor excedente) definem melhor a forma como elas se manifestam nos núcleos rurais do DF.

Grande parte dos arrendatários situados nesta categoria (economia de mercado não empresarial) são filhos de proprietários de terra ou foram eles mesmos proprietários. São mais ligados à terra e ainda mantêm os valores e as formas de exploração utilizados na agricultura tradicional. Muitos trabalham diretamente na terra com assalariados e com a família. Arrendaram os lo

tes rurais porque "gostam da agricultura, gostam de mexer com a terra." Não se adaptam a vida das cidades, principalmente porque "não gostam de serem mandados" ou porque não conseguem manter nos centros urbanos o mesmo padrão de vida do campo.

Um dos informantes de Rio Preto ao ser indagado sobre o motivo porque arrendou o lote, nos respondeu o seguinte:

"A família é muito grande e o custo de vida na cidade é muito pesado. Eu não tenho condições de morar bem. É outro ritmo, até o jeito de andar e calçar é diferente!"

Com relação à atividade produtiva observamos que existe uma maior diversificação de produtos cultivados e as dimensões com a exploração são menores. Os informantes quase sempre possuem três ou quatro cultivos principais e mais outros secundários. Todos eles destinam-se ao mercado. A própria insegurança com relação à comercialização dos produtos e a existência de grandes flutuações nos preços da mercadoria faz com que o arrendatário dirija a produção para a maior diversificação possível. Essa é a alternativa mais utilizada para compensar a variação dos preços dos produtos.

Um produtor de cítricos do núcleo de Vargem Bonita nos respondeu o seguinte:

"O comércio de frutas é assim, um dia vai um dia vem, um dia uma coisa tá mais barata e outra está mais cara. Aí uma vai compensando a outra. Mesmo tendo dificuldade está dando pra recuperar."

De um modo geral a produção é realizada na base da tentativa e do erro. As pessoas estão mais condicionadas às condições naturais e às possibilidades de doenças e pragas. Por outro lado as condições de mercado quase não são consideradas no momento da produção. Como a maioria não consegue competir com os outros centros maiores e mesmo com as agro-empresas, o fracasso e os prejuízos com as explorações são bem mais frequentes nesta categoria de economia não empresarial.

Vejamos o exemplo de um arrendatário do Núcleo Rural de Rio Preto. Afora os quatro principais produtos que comercializa regularmente na CEASA, ele possui ainda outras explorações que só trazem prejuízos. Diz ele: "Esse ano mesmo, eu plantei pepino, não deu. Plantei vargem, não deu. Aí plantei abóbora, agora tá pequenina." E continua: "Se a gente falhar uma semana sem plantar não tem o que vender. Aqui a gente tem que plantar de tudo um pouco. Aqui é mais penoso que nas fazendas porque a gente não pode descuidar. Nas fazendas tem época certa de plantio. Aqui a gente planta verdura e tem que sempre tá plantando uma atrás da outra." E mesmo para os produtos comercializados na CEASA, ele ainda tem prejuízo, pois não consegue obter rendimentos satisfatórios. Por isso ele conclui: "O melhor é a gente produzir e a gente mesmo vender. Mas quem produz não tem tempo de vender. E na Cenabra eles exploram muito. Só no giló eles ganham Cr\$ 15,00 por caixa, compram por Cr\$ 40,00 e vendem por Cr\$ 55,00."

Uma das dificuldades do Núcleo Rural do Rio Preto é a grande distância que o separa dos locais de comercialização. A maioria dos produtores que não possui transporte próprio é levada a pagar frete e as vezes o frete é muito alto. O produtor chega a pagar até Cr\$ 8,00 por caixa transportada. Nos núcleos próximos às cidades satélites, as condições de transporte dos produtos são em parte facilitadas pela existência de feiras semanais próximas. São comuns os casos de venda direta ao consumidor realizada no próprio lote.

Por exemplo, um arrendatário do núcleo rural de Taguatinga, até o ano de 1972 possuía 8.000 galinhas, "era para postura." Como quase não obtinha rendimentos, resolveu "mudar de ramo novamente" e passou a cultivar produtos de horta, principalmente o tomate, a beterraba e a cenoura, "pois são melhores de mercado." Atualmente ele consegue maiores rendimentos vendendo os produtos diretamente aos feirantes intermediários do Núcleo Bandeirante e da cidade satélite de Taguatinga, que compram por atacado e à preços baixos, "mas que compram toda a produção."

Já outros preferem explorar os produtos necessários à dieta alimentar das pessoas mais pobres, como por exemplo cereais e alguns animais de pequeno porte. No núcleo de Sobradinho 1 por exemplo, um produtor, depois de várias tentativas resolveu finalmente criar cabra, "porque cabra e cereais é o que o pobre consome." Afirma ele: "A cabra é usada em Brasília pelo pobre. Vendo cabra e ovelha em Sobradinho, agora o maior problema é a dificuldade de abate do animal. Se eu abatesse aqui eu venderia para a SAB, pois a SAB só recebe abatida." Em alguns casos de criação, a alternativa encontrada para as dificuldades de abatedouros, é o abate ilegal dos animais no próprio lote.

Existem algumas variantes de economias não empresariais. São as pessoas que se definem muito mais por suas atividades urbanas e a exploração com o lote é secundária. São em sua maioria professores, agrônomos, técnicos agrícolas e veterinários, com algum conhecimento de agricultura e que ao arrendarem os lotes rurais perceberam a possibilidade de retirar rendimentos com a exploração.

Uma outra situação não muito frequente é a de proprietários de terra em regiões próximas ao DF, que utilizam o lote como uma complementação das atividades na fazenda. Em alguns casos a produção é comercializada no DF.

Entretanto, quando as dificuldades com a produção e a comercialização dos produtos aumentam, a possibilidade de especular com a terra é a alternativa mais frequente para compensar o fracasso da exploração.

Informou-nos um produtor de Taguatinga:

"A produção só dá pra viver, é como se fosse um salário. O pessoal aqui trabalha só pra não ter que trabalhar para os outros. Só vou ficar rico mesmo se um dia eu vender a chácara, se a gente pegar um documento definitivo da terra. Se não, não tem segurança, daqui a pouco desapropriam e aí como que a gente fica? O

arrendamento prende a gente na terra, não pode vender, não pode plantar coisas definitivas porque não é da gente."

Em decorrência principalmente da limitação das condições de produção, o fato do arrendamento em si passa a representar para os arrendatários das economias não empresariais, uma dificuldade a mais. A própria imprevisibilidade do exito com a produção dificulta o pagamento do arrendamento. Muitos agricultores sentem medo de não conseguir rendimentos suficientes para pagar a taxa pelo arrendamento. Outros sentem-se inseguros em investir capital e de pois serem desapropriados.

"Para o agricultor aumentar a produção é preciso as terras ser propriedade privada. Daí as pessoas iriam plantar com mais fé e teriam mais lucro." (Arrendatário - Alagado)

"É melhor ser proprietário porque para por adubo todas as coisas é mais tranquilo. O Governo não mandando sair é a mesma coisa que proprietário. Mas o governo pode mandar sair e perco tudo." (Arrendatário - Taguatinga)

Com exceção das variantes de economia de mercado não empresarial, na maioria das situações o arrendatário é um pequeno produtor e o que ele paga ao governo a título de arrendamento, pelo direito de posse e uso da terra, absorve muitas vezes todo seu lucro e mesmo parte do seu trabalho excedente, a que tem direito como proprietário dos instrumentos de trabalho. Com relativa frequência atrasam o pagamento da taxa de arrendamento e são obrigados a pagar multa sobre o atraso.

"O pagamento é muito caro porque tem ano que tenho dificuldade com o mercado (e não é só eu não). A gente quer comprar uns gado mas não dá. Eu pago Cr\$ 3.500,00 por ano. No ano passado foi difícil ter uma quantia grande assim desocupada, aí eu só pude pagar em fevereiro." (Arrendatário - Rio Preto)

Com relação à assistência financeira, observamos que os arrendatários das economias não empresariais são os que mais sofrem as consequências do não funcionamento ou do funcionamento inadequado dos programas de financiamento e crédito rural.

"A assistência financeira é dada, mas é muito difícil. Quem vem de fora são com a família e difícil conseguir quem abone para o banco dar o financiamento. A terra não dá garantia. Arriscar na terra desse jeito, fazendo casa é o mesmo que arriscar na loteria, pois a terra é do Governo." (Arrendatário Sobradinho 1)

Nós nos dirigimos a um banco e só podemos fazer financiamento se tiver avalista. A gente não tem direito a nada e tem direito a tudo." (Arrendatário - Alagado)

De fato, enquanto nas agro-empresas 84.2% do total das explorações conseguiu financiamento bancário, nas economias não empresariais apenas

41,2% do total o conseguiu. (ver tabela nº 25) Também o número de vezes que a pessoa já recorreu ao financiamento é bem menor. A maioria dos informantes só fez uso do sistema financeiro uma vez e principalmente para a compra de maquinário. Muitas pessoas encontram como alternativa o crédito oferecido pelos estabelecimentos particulares, que os endivida ainda mais, principalmente porque os juros são mais elevados.

"Eu acho que tendo capital e pessoal para poder plantar o lucro é grande. Mas sem capital não dá, pois o adubo é muito caro. O banco oferece o dinheiro mas se por acaso perco a produção fico devendo ao banco (...) já me ofereceram financiamento, não tirei porque não estava em condições, temos financiamento fiado nas casas." (Arrendatário - Alagado)

"Pedi financiamento mas não consegui porque a chácara tá ilegal. peço financiamento a amigo das casas que compro (Arrendatário - Rio Preto)

"Eles não financiam porque não tenho escritura definitiva. O crédito agrícola em Brasília não existe. Quando um chacareiro consegue Cr\$ 20.000,00 é um milagre e ainda com dois abonadores. A pessoa tem que ter outros bens para conseguir mais financiamento." (Arrendatário - Rio Preto)

Em decorrência de todas estas dificuldades, as despesas com os meios de produção são menores e também as dimensões da exploração. Consequentemente a inversão de trabalho é maior que a incorporação de capital.

Apesar da pobreza dos solos e da necessidade de se utilizar elevadas quantidades de adubo químico e outros corretivos, o nível de utilização é bem inferior ao das explorações a nível de empresa. O adubo químico só é utilizado adequadamente nas principais explorações, nas restantes seu uso é eventual e depende dos rendimentos obtidos.

"Já comprei muito adubo mas com os preços de agora são com cultura que tenha rentabilidade. Agora eu uso calcário e esterco de cabra." (Arrendatário - Sobradinho 1)

Em alguns casos a despesa com os insumos é tão elevada que o rendimento do agricultor é todo ele reinvestido na compra de adubos e combativos.

"Se não fosse a despesa ser tão grande de adubo, inseticida, até que dava pra tirar alguma coisa, mas nunca tem safra igual." (Arrendatário - Sobradinho)

dução. Entretanto a grande maioria não a utiliza simplesmente porque não tem condições.

"É pra produzir mais. Agora tem que ter uma condição de ajuda financeira para o maquinário, sem isso não tem condição." (Arrendatário - Rio Preto)

"A técnica hoje em dia está muito adiantada, mas tem terra como essa que a técnica não aprova. A técnica é boa mas depende da terra. Também o doutor diz qual é o remédio e o doente não tem dinheiro!" (Arrendatário - Alagado)

Enquanto nas agro-empresas o arrendatário escolhe e utiliza os instrumentos de trabalho adequados ao ramo especial de sua exploração, nas economias de mercado não empresarial, além do uso ser deficiente, muitas das máquinas e implementos adquiridos não servem ao processo de trabalho. Isto porque não funcionam e estão quebrados ou porque são inadequados a exploração. Por exemplo, um informante em Alagado comprou, de um fazendeiro em São Paulo, um trator de esteira. Depois de todas as despesas com o transporte, o trator não tem utilidade porque é inadequado ao tipo de exploração. E o arrendatário aluga anualmente os implementos mecanizados necessários à produção. (25)

Aliás, alugar implementos do serviço de mecanização (SERMA) é a situação mais comum e considerada a mais apropriada, principalmente por causa das dimensões da exploração, dos custos com a reposição de peças e da ociosidade da máquina.

"Não penso aumentar a mecanização, pois quando preciso alugo e se eu comprar vai passar muito tempo ocioso." (Arrendatário Sobradinho 1)

Finalmente as condições de comercialização. De um modo geral as economias de mercado não empresariais estão mais sujeitas aos mecanismos e às limitações do sistema de comercialização dos produtos. O produtor geralmente desconhece o comportamento do mercado e a política de formação de preços e por isso ignora o preço final que seu produto obterá no mercado. Sabe apenas que a principal limitação da comercialização é o estrangulamento da oferta resultam em parte do elevado volume de importação de produtos. Então, como não têm condições de exportar a produção para outros centros (como fazem as agro-empresas), geralmente perdem parte da produção.

"Normalmente não é muito difícil não, de vez em quando tem muita concorrência, quando é assim deixo apodrecer no pé porque não conseguiria vender nada (...) Os produtos tem que ser levados no Cenabra. É muito ruim porque não tem preço fixo. No caso da verdura não tem jeito de fixar. Quando tem muita cai o preço. Quando não tem sobe o preço." (Arrendatário - Taguatinga).

"O mercado não é garantido não, mas sempre coloco tudo, tanto faz no Buriti quanto na Cenabra; a dificuldade é quando tá ruim

de preço, quando tã cheio de produto. Se o preço tã barato a gente tem que vender barato mesmo ou então joga fora." (Arrendatário - Rio Preto)

"Esse ano estã bom demais (por causa da geada no sul). Quando vem mercadoria de São Paulo estraga o preço. A produção de Brasília, 50% são funcionário público e o resto recebe salário mínimo. O movimento não é muito bom não." (Arrendatário - Rio Preto)

"Quando entra mercadoria de fora o produto barateia e a gente tem dificuldade para vender. Toda semana vem 3 caminhões de São Paulo pra vender laranja. De Anápolis vem verdura. Não tenho informação sobre a época que virão mais produtos de fora, de modo que não dá pra prever que quantidade que deve ser plantada." (Arrendatário - Taguatinga).

Como muitos produtores encontram dificuldades de alocação dos produtos, lançam mão então da figura do intermediário, principalmente dos feirantes das cidades satélites e dos "marreteiros" do CEASA. Com isso eles garantem (apesar dos prejuízos) a venda dos produtos no mercado.

Recentemente foi estabelecida uma nova restrição com relação a venda nas feiras das cidades satélites. Essa medida tem por objetivo levar o produto à Central de Abastecimento (CEASA), entretanto ela só faz dificultar ainda mais a comercialização dos produtos. Vejamos a opinião de um arrendatário do núcleo rural de Taguatinga. Diz ele:

"Tenho dificuldade, principalmente quando for para vender na Cenabra. Antes entregava na feira pros feirantes. Aí o fiscal disse que é proibido vender na feira e mandou vender na Cenabra. Levêi 50 caixas de alface, paguei o frete, a entrada e a pedra. Descarreguei o produto e não vendi nada. Paguei a saída e perdi toda a mercadoria. Nunca mais fui vender na Cenabra. Naquela época eu só plantava alface, parei de plantar porque passou a dar prejuízo na venda. Agora eu só vendo na porta, agora eu diminuí a minha plantação e é mais de vender. Mas assim mesmo o rapaz que pega aqui vende na Cenabra. Se a gente pára pra vender o produto deixa de produzir. As vezes quando o preço do produto abaixa muito, a gente aumenta o tamanho dos pacotes em vez de abaixar o preço. Do mesmo jeito é prejuízo."

Uma das alternativas apresentadas pelos produtores para solucionar o problema do mercado, consiste na necessidade de formação de cooperativas.

"Acho bom ter uma cooperativa para manter uma organização. Na Cenabra só tem picareteiro, não tem preço fixo e tem gente que vende caro e outros vendem barato. Na Cenabra não tem gratificação, o mesmo produto de qualidade diferente pode custar a mesma coisa e pode dar grande diferença de preço. O comprador é que decide o preço, não tem preço do dia na Cenabra. É porisso que

é necessário uma cooperativa." (Arrendatário - Rio Preto)

"A comercialização não ajuda, se eu engordo 100 porcos eu tenho que vender para o Valdemar, aí é prejuízo porque ele só paga Cr\$ 6,00 o quilo com 20% de desconto. Vender porco agora tá bom, a dificuldade é que o matadouro põe o preço que ele bem entende. Se os criadores de porco montassem uma cooperativa e esta tivesse matadouro próprio, podia montar 10 açougues pra vender o produto dos cooperados, e viria baratear o custo da carne de porco e favorecia o produtor. Na venda do porco o açougue compra do matadouro a banda do porco por Cr\$ 9,50 o quilo e revende a Cr\$ 18,00 a carne com osso, o lombo por Cr\$ 22,00 e o toucinho a Cr\$ 9,00 o quilo. Enquanto que se tivesse a cooperativa poderia vender a carne a Cr\$ 15,00 e o toucinho a Cr\$ 7,00 e ainda dando lucro a nós produtores e aos consumidores." (Arrendatário - Taguatinga)

Nas parcelas destinadas à subsistência, a terra não é usada com vistas ao mercado como ocorre nas duas formas de exploração anteriores. A atividade produtiva, ao contrário, está apoiada na produção de alimentos para o consumo próprio e apenas o excedente é comercializado.

Desprovido totalmente de capital para investir na produção, o arrendatário procura sobreviver por meio da atividade de subsistência, praticando a agricultura sem o intuito nem a possibilidade de lucro. A maior parcela do seu trabalho e o de sua família é absorvida na produção de alimentos.

A maioria dos arrendatários situados neste grupo foram proprietários, sitiantes ou agregados. Eles receberam parcelas de terra logo no início da implantação dos núcleos e transformaram-se em arrendatários. O exemplo que melhor caracteriza a situação das economias de subsistência é o do Sr. Antonio Nestorio Orani, antigo sitiante que trabalhava de condomínio na Fazenda Guaroba (hoje núcleo rural de Taguatinga). "Seu" Nico era proprietário de quase 90 alqueires de terra que adquiriu "comprando aos pouquinho só pra enganar". Com a desapropriação recebeu, além de Cr\$ 20.000,00 pela indenização, também 30 alqueires de terra distribuídos entre quatro lotes rurais que deveria explorar na condição de arrendatário e segundo os critérios estipulados. Como não tinha condição para explorar os quatro lotes, foi gradativamente vendendo os direitos e atualmente "possui" uma parcela de 20 alqueires. "Eu não consegui tocar e abri mão do resto". Ele pensa vender o lote e comprar uma fazenda fora do Distrito Federal, pois acha que "a agricultura do Distrito Federal só dá pra gente comer, mas não dá pra fazer vida". O aproveitamento do lote é precário, dos 20 alqueires, apenas 2 estão cultivados com produtos para o consumo. Só comercializa com rapadura, sabão e jaboticabas. Trabalha com a família e não pensa em aumentar a produção "porque as forças não dá mais pra trabalhar". Nunca pensou em usar o crédito agrícola e assim o justifica: "-Tem pessoas que é feliz com isso. Mas a maior parte acaba com o que tem. A gente faz um fi

nanciamento e a colheita falha e a gente não fica tranquilo. Eu tenho visto exemplo de muitos que perde o dinheiro. Eu não gosto, acho que é porque não sei jogar com o dinheiro."

A maioria dos arrendatários vive na mais completa insegurança com relação ao arrendamento e no temor de perder os direitos de posse. Em quase nada contribui o mero poder jurídico de uso e posse das parcelas, pois eles não possuem condições para explorar a terra segundo os objetivos estabelecidos.

A taxa paga ao governo pelo arrendamento do lote rural não é proporcional aos produtos obtidos na exploração e nem mesmo aos rendimentos obtidos pelo exercício de profissões auxiliares. Por isso muitos deles, quando impossibilitados de atender as exigências do arrendamento, abandonam os lotes ou vendem os direitos de posse.

"Depois que começa a pagar a taxa, a taxa aumenta um pouco todo o ano e a produção não aumenta não. É por isso que eu falo, a gente vai pagando e quando não puder pagar, a gente tem que vender. Todo o ano aumenta e a gente pede pra Deus para o ano ter dinheiro também pra pagar. Estão querendo que eu saia daqui, tem um homem aqui que está querendo mais uma área de terra. O governo pode dar outra pra ele e deixar nós quieto. Ele já tem os filhos criado e eu não posso deixar os meus filhos passar fome. Não vou arredar o pé daqui e dar prato feito pra quem não precisa." (Arrendatário em regularização - Rio Preto)

"A taxa é muito cara, porque eles (o governo) cobra o que pensa o que a gente lucra, e a gente tem prejuízo. O governo não sabe nada o que se passa com o agricultor. Aqueles que conseguem pagar Cr\$ 2.000,00 é porque tem e o governo ajuda. Agora os outros não tem nem pra onde ir." (Arrendatário - Rio Preto)

"Eu não quero sair daqui não, não tenho cálculo. Lei é lei, mas boto o pé no toco, pra não sair eu boto. Onde que eu vou com a família? Eu comprei foi aqui, eu quero ficar aqui". (Arrendatário - Rio Preto)

A produção também se apresenta muito diversificada, no entanto essa diversificação representa tão somente a necessidade de consumo próprio. Geralmente o agricultor desenvolve uma faixa considerável de atividades para a subsistência, principalmente o cultivo de cereais, frutas e a pequena criação.

A unidade básica da produção é a família ("a vida é onde a família ajuda"), todos trabalham, inclusive os filhos menores. Eventualmente, (principalmente por ocasião da colheita e desmatamento) a complementação do trabalho é feita pelo emprego de mão-de-obra assalariada. Em outras situações essa complementação se realiza através da troca de serviços, do "dia trocado".

"Trabalho mais aqui é sozinho mesmo, nunca paguei um cruzeiro a

ninguem. Não temos trabalhador, só dia trocado com o Sesário. Ele vem trabalhar um dia aqui e eu vou trabalhar um dia lá. É de concórdia e nós parte o derradeiro." (Arrendatário em regularização - Rio Preto)

A maioria dos informantes não pensa em produzir mais, principalmente porque "não tem condição". As condições de trabalho são limitadas e os estímulos dos programas governamentais de assistência técnica e financeira não os atingem.

"A assistência técnica é boa pra quem tem dinheiro (Arrendatário Rio Preto)

"Eu tenho medo do financiamento, acho melhor deixar chover." (Arrendatário - Rio Preto)

"Pra tocar a lavoura, fico com medo do solo matar e ficar devendo em dívida com o banco, e ficar arroxado. O banco não dispensa mesmo, cobra juro e vai aumentando. Quando chega no fim o catocho sai perdendo". (Arrendatário - Rio Preto)

Ninguém utiliza implementos mecanizados para exploração do lote, os instrumentos de trabalho limitam-se às ferramentas. "As coisas são tocadas na base do braço". Também não fazem uso de adubos, fertilizantes ou outros corretivos.

Apenas o excedente é comercializado, principalmente quando há necessidade de suprir o consumo alimentar. Em alguns casos existe a troca direta de produtos cultivados por outros mantimentos necessários ao consumo pessoal. A comercialização é realizada nas cidades satélites próximas ou no próprio núcleo.

"Aqui a gente vende barato mesmo, não tem muito produto, então não pode vender muito (...) O que eu vendo eu trago em produtos, tiro da boca pra botar na boca de novo, não veio nem o dinheiro. o Sesário já traz o arroz, o açúcar, o sal e o querozene. Ele tá aí que não me deixa mentir. Frango é pra carne, eu não posso tá comprando carne. Ovo não vendo, não deixo meus filhos com vontade de comer ovo. O que eu produzo é isso mesmo, não tem mais e não tem menos". (Arrendatário - Rio Preto)

Nem sempre a atividade no lote é a principal garantia da sobrevivência, uma das alternativas mais usada é o trabalho de empreita em outros lotes. Isso ocorre principalmente no período das chuvas, quando os arrendatários que produzem para o mercado necessitam de mão-de-obra complementar nas explorações.

"Eu trabalho por empreita, mais nas águas porque na seca ninguém toca serviços. Eu trabalho para os amigo quando estou apertado. É mais pra limpar, plantar nunca pedem. O pagamento é combinado conforme o serviço, por exemplo, meio alqueire é uma base de

10 dias. O pagamento é Cr\$ 20,00 por dia e é livre. Eu por mim, por enquanto eu tô dando até bem, vem os imposto, as rendas e aperta muito e a gente tem que então apertar noutras coisas. A gente não pode ir contra a lei. Se fosse pagar a terra e ficar definitivo sendo dono era outra coisa, mas já que a lei tá formada pra ser arrendado...." (Arrendatário - Rio Preto)

Para nós a situação eventual de assalariado em nada modifica ou altera a natureza das relações que definem a posição deste grupo específico de arrendatários voltados predominantemente para a economia de subsistência.

Uma outra alternativa é a parceria. Alguns informantes preferem trabalhar na meia ou na terça do que receberem qualquer remuneração em dinheiro pelos serviços prestados.

3.- A exploração da força de trabalho na agricultura do DF

Com a análise das formas de exploração da força de trabalho existentes nos núcleos, pensamos caracterizar principalmente os seguintes pontos:

- De que modo os arrendatários retiram sobretrabalho dos trabalhadores para garantir a produção de mercadorias e a obtenção de valor excedente.

- Como a posse dos lotes para fins de especulação e lazer é assegurada, em parte, pela exploração da força de trabalho.

Encontramos uma grande variedade de relações de trabalho nos núcleos rurais do DF; desde aquelas que se definem com base no sistema de compra e venda da força de trabalho até as relações de parceria e as situações em que os trabalhadores são recebidos mantimentos como forma de remuneração de seu trabalho.

Apesar desta diversificação, predomina no entanto o assalariado. São operários que na produção são investem força de trabalho e dela são recebidos salário.

Nas explorações a nível de agro-empresa, o percentual de utilização da mão-de-obra assalariada é bastante elevado. Em média 84,2% do total das explorações utiliza trabalhadores fixos e 78,9% utiliza tarefeiros e diaristas. (ver tabelas nº 22 e 23)

Com relação ao número de trabalhadores por lote observamos que o percentual também é elevado, aproximadamente 68,3% do total das explorações que utiliza mão-de-obra assalariada, contrata regularmente de 2 a 6 operários fixos. O mesmo ocorre com a utilização de empreiteiros e diaristas onde 73,4% do total dos informantes situados a nível de agro-empresa utiliza de 2 a 8 operários não permanentes em suas explorações. (ver tabelas nº 24 e 25)

Os assalariados fixos que trabalham nas agro-empresas são em sua maioria regidos pelas leis trabalhistas, com direito a 13º salário, férias remuneradas, salário família e descanso semanal. Geralmente são trabalham 10 horas por dia e recebem o salário mínimo.

Nas agro-empresas o nível de qualificação da força de trabalho é mais elevado que nas demais explorações, e alguns dos operários possuem cursos de especialização, principalmente os que trabalham com floricultura e com a criação de suínos.

O diarista é o assalariado que oferece sua força de trabalho de lote em lote para a realização de tarefas ocasionais. Ele é contratado principalmente pelas agro-empresas em todas as épocas do ano e realiza qualquer trabalho, desde os serviços de limpeza e desmatamento até as atividades de colheita. Sua remuneração varia de Cr\$ 10,00 a Cr\$ 20,00 por dia, de acordo com o regime de trabalho estabelecido. Por exemplo, quando é contratado como diarista livre, i.e., quando o arrendatário não fornece o alimento, sua remuneração é mais elevada, no entanto quando é contratado como diarista cativo e recebe alimentação, a remuneração é menor.

Já o empreiteiro estabelece com o arrendatário relações bem diferentes da do diarista. Ele é admitido por um tempo previamente determinado e principalmente para a realização de trabalhos de limpeza, destocamento, desmatamento e construções úteis à produção. Sua remuneração é determinada de acordo com o tempo necessário à realização da tarefa e o pagamento é parcelado, parte no início e o restante no final do trabalho. Ele tem direito a sub-empregar o serviço com outros operários e pode residir temporariamente no lote, sozinho ou com a família.

Como a presença dos arrendatários e dos operários fixos limita o contato direto com os trabalhadores não permanentes, as informações sobre as condições de vida dos empreiteiros e diaristas são incompletas. Entretanto foi possível perceber que a irregularidade do trabalho e da remuneração torna instável a situação dessa mão-de-obra (que flutua entre os serviços urbanos e as atividades nos lotes) e contribui para a elevação dos períodos de desemprego.

Para nós, a utilização de assalariados não permanentes é uma solução que desonera o arrendatário tanto dos compromissos trabalhistas como dos compromissos com a instalação de famílias nos lotes rurais. Ela é também um meio de se tirar vantagens da relativa disponibilidade de mão-de-obra no Distrito Federal e de se eliminar o onus com a manutenção de trabalhadores sub-empregados nos períodos de entre-safra.

Outras formas utilizadas pelas agro-empresas no sentido de intensificar ainda mais o trabalho dos operários é o sistema de gratificações e de prêmios. Em Vargem Bonita por exemplo, além do salário mensal, o trabalhador ainda recebe Cr\$ 2,00 por caixa que consiga completar com verduras e legumes.

Nas economias não empresariais existe uma maior diversificação nas relações de trabalho e o regime de parceria é muito utilizado.

A utilização de assalariados é inferior a das agro-empresas, em média 65,0% do total das explorações utiliza assalariados fixos e 60,0% utiliza empreiteiros e diaristas. (ver tabelas nº 22 e 23)

O número de operários por lote também é menor. Observamos que quase 70,0% do total dos informantes só contrata um "tomador de conta" para o trabalho com a exploração agropecuária, e apenas 61,2% contrata ocasionalmente de 2 a 8 tarefeiros. (ver tabelas nº 24 e 25)

Nas economias não empresariais os trabalhadores fixos geralmente realizam todo o tipo de trabalho no lote, desde a preparação da terra, destocamento e limpeza, até as atividades de cultivo e colheita dos produtos. Já os empreiteiros e diaristas são requisitados somente nos períodos da colheita, quando o arrendatário necessita de mais mão-de-obra.

Em sua maioria, o operário assalariado não é regido por leis trabalhistas, tudo é estabelecido arbitrariamente pelo empregador. Apenas 7,3% do total dos assalariados que trabalha nas economias de mercado não empresariais tem carteira assinada. Muitos desejam regularizar a situação, mas ou falta-lhes tempo para preparar a documentação necessária ou o arrendatário se recusa a assinar a carteira.

O tempo de trabalho do "tomador de conta" varia de 11 a 14 horas diárias e a remuneração da força de trabalho é inferior a das agro-empresas. Em média 58,0% do total dos assalariados fixos recebe de Cr\$ 200,00 a Cr\$ 500,00 por mês e nem sempre recebem regularmente: promessas e atrasos são frequentes. É comum o operário trabalhar até 6 meses, sem qualquer remuneração e a título de experiência, "só pra ver se vai dar certo."

"Nosso princípio foi pagar todo o dia 15, mas passou pra o dia 20, depois 30 e agora tem uns 4 meses atrasados. Mas quando eu reclamo ele dá Cr\$ 100,00 ou Cr\$ 50,00 (quanto tiver no bolso). Eu até já desisti, mas eles não querem que eu saia". (Tomador de conta - Sobradinho 1)

"Foi um contrato de boca, ele chegou lá e disse que tava atras de uma pessoa com responsabilidade, e falou que era pra ficar uns mês de experiência. Se servir fica, se não vai embora. Já tô com 10 meses, eu ganhava Cr\$ 500,00, agora passou a Cr\$ 600,00. De vez em quando ele traz um par de sapato velho (negócio pra trabalhar), pã ele traz 10 todos os sábados". (Tomador de conta Rio Preto)

Os "tomadores de conta" em geral trabalham com a família. Todos ajudam no trabalho, até os filhos menores, e agora o operário, ninguém recebe remuneração pelo trabalho.

"Não tenho contrato não. É pra mim tomar de conta da chácara.

Ele não quer dois empregados pra não descombinar comigo, eu não importo não, a gente dá conta de olhar. Ele combinou pagar Cr\$ 100,00 por mês pra as duas chácaras, aí eu falei pra ele aumentar pra mim e tã com uma base de dois anos que eu acertei com ele mas ele não quiz me aumentar. A plantação ele me dá pra mim, mas fica tudo aqui dentro, eu não vendo, como tudo. Se eu comer um frango eles não importa, se eu comer um ovo também não. Ele diz que é pra gente, mas as galinhas são deles e a gente não pode vender nada. (...) Não tô satisfeito não que eu ganho mais barato. Você vê que não dá pra um saco de arroz. Eu aqui trabalho demais, é tudo aqui trabalhando, é eu, é o Alcino, o Antonio é só quando aperta, o Valdivino é só um pouquinho". (Tomador de Conta - Rio Preto)

Normalmente é permitido ao trabalhador e sua família retirar das explorações os produtos necessários à alimentação, como por exemplo frutas, ovos e leite. No entanto existem situações em que os moradores são proibidos de retirar para seu consumo alguns dos produtos plantados e sua sobrevivência limita-se à remuneração pelo trabalho. Noutras situações, tudo o que o trabalhador consumir do lote para sua alimentação deverá pagar ao arrendatário, as vezes pelo mesmo preço do produto no mercado.

A situação não melhora para os casos em que é permitido aos operários cultivar uma pequena hortã para seu consumo e o de sua família. Como as atividades no lote tomam todo o dia do trabalhador, resta-lhe pouco tempo para seu cultivo, e os que conseguem plantar alguma coisa o fazem somente nos períodos de descanso e nos fins de semana.

"A gente trabalha direto das 6 da manhã até as 5 horas da tarde, não é ele quem manda não, mas eu já sei como é, então não precisa mandar. Ele me deu ordem que eu plantasse um pedacinho pra mim, pra comer verde de milho e feijão. Eu trabalho durante a semana pra ele e no fim de semana pra mim". (Tomador de Conta - Sobradinho 1)

"O combinado foi esse, eu ia pra lá tomar conta de uma chácara que então ele ia dar Cr\$ 500,00 por mês, mais um pedaço de terra pra eu trabalhar pra mim. Mas esse pedaço de terra até hoje nunca saiu e eu tô doído pra ir embora pro meu mundo". (Tomador de conta - Rio Preto)

Como já afirmamos anteriormente, nas economias de mercado a nível não empresarial o regime de parceria é muito utilizado. A parceria aparece exatamente como um meio do arrendatário contar com mão-de-obra fixa mais barata e também pela possibilidade de dividir os riscos com a produção.

Em decorrência talvez do tamanho limitado dos lotes rurais e do receio que o trabalhador possa tomar posse da terra, a parceria na terra

quase não existe. O regime de parceria mais utilizado no Distrito Federal é a repartição do produto comercializável. Encontramos principalmente 3 situações de parceria no produto, vejamos quais são:

Uma primeira situação em que o trabalhador rural participa apenas com o trabalho e o arrendatário com o capital, a terra, os instrumentos de trabalho, as sementes e os demais insumos. No final o parceiro entrega ao arrendatário, sob forma de produto, a parte estabelecida no contrato (a mais comum é a meiação). Na realidade ele entrega os bens que produziu além do necessário para a reprodução de sua força de trabalho. Muitas vezes ele é obrigado a vender ao arrendatário a parte que lhe corresponde na partilha da produção, ou porque não tem condição de comercializar o produto ou porque se sente obrigado e coagido a fazê-lo.

"É melhor vender por aqui, mas minha parte vou vender para o patrão que é pra não desgostar. Não sei o preço por aí mas tenho que vender pelo preço que tá por aí. Se em Planaltina tiver vendendo por Cr\$ 40,00, tenho que vender pelo mesmo preço, senão onde vou parar? Não vou vender fora de conta não." (Parceiro - Rio Preto)

Na segunda forma de parceria existente, o parceiro também só participa com sua força de trabalho, no entanto ele não se encontra isolado do mercado como ocorre na situação anterior. Ele vende o produto e entrega ao arrendatário a parte que lhe corresponde. Aqui uma parte do valor monetário do sobreproduto é entregue ao proprietário dos meios de produção. Se a dependência do trabalhador com relação ao arrendatário é menor que na situação anterior, sua dependência ao mercado é muito maior devido principalmente à situação do mercado no DF.

Finalmente a terceira forma de parceria. São as situações em que arrendatários e parceiros dividem entre si todos os gastos com a exploração. Normalmente corresponde ao arrendatário a inversão de capital e a compra de mecanizados, e ao parceiro a compra de adubos e fertilizantes, a aquisição de sementes e a contratação de mão-de-obra. No final a produção é dividida e cada um comercializa a sua parte.

A principal razão da permanência deste tipo de parceria é que ela permite a transferência para o parceiro dos riscos e eventuais prejuízos com a produção, e além do mais garante ao arrendatário o direito de posse sobre o lote rural.

"Trabalho em toda luta de terra. A agricultura lá no Norte é outra, lá é só algodão, milho, feijão e arroz. A terra é mais ruim e tem menos chuva, a gente tem que olhar se tá relampando porque se não tem relampo não chove. Essa estória de verdura, fruta, é só aqui. Eu vim toma de conta, ele dá a máquina e a terra, agora eu dou a ele metade do dinheiro. Nas frutas eu co

lho, pago o frete do transporte, e do lucro 30% fica pra mim e 70% pra ele. Eu ainda pago o ordenado do Valentino, ele ganha Cr\$ 450,00 por mês, livre de boia e dormida." (Parceiro - Rio Preto)

Existe ainda uma outra situação muito comum nas relações de trabalho das economias não empresariais, que não se define exclusivamente a nível de compra e venda da força de trabalho, nem a nível de participação nos frutos da produção. São os casos de assalariados-parceiros. São pessoas que além de receberem um salário como forma de remuneração do trabalho, ainda possuem uma parcela do produto final. Em algumas situações e conforme o período, os trabalhadores são assalariados ou parceiros. O mais frequente é serem assalariados na época da seca e parceiros no período das águas.

"Na seca trabalho ganhando por mês, no inverno é de meia no milho e feijão, só não é de meia a abóbora porque não tenho condições de vender. No inverno quem resolve sou eu, e na seca é ele. O que é de meia eu vendo pra descontar o que eu devo." (Tomador de conta - Rio Preto)

A ambiguidade da situação resulta numa maior sujeição ao arrendatário que os submete com a promessa de que nas águas eles (os trabalhadores) participarão dos frutos da produção.

A associação de dois regimes de trabalho de natureza tão diversa é utilizada principalmente com os objetivos de intensificar o trabalho dos trabalhadores e de reduzir a remuneração em salário da força de trabalho.

Vejamos dois exemplos bem característicos desta situação. O primeiro é o de um informante do Rio Preto, ele trabalha de meeiro no cultivo de cereais e é empreiteiro na plantação de cítricos. Diz ele:

"Faço de meia com o dono da terra, metade da produção é dividida. Ele entra na meia só com a ferramenta e a semente e a terra. O resto das despesas é por minha conta. O dono não tinha outra pessoa pra trabalhar e eu estava sem casa pra morar. Dai combinamo trabalhar de meia, por enquanto eu não recebi nada. O dono tem trazido pro consumo pra eu pagar depois. Estou me endividando. No trabalho de empreita por enquanto não recebi nada, foi descontado pelo que gastei na meia." (Tomador de conta - Rio Preto)

O segundo exemplo é de um informante do Núcleo Rural do Alagado. Ele recebe um salário de Cr\$ 532,00 mensais e tem parceria nos cereais. Seu depoimento foi o seguinte:

"Eu entrei pra dar conta de todo tipo de serviço, ganho Cr\$ 532,00 livres (só tenho que comprar a comida), trabalho 6 dias por semana, menos o domingo. O que plantar de feijão, milho e mandioca será dividido metade pro dono, 1/4 pra mim e 1/4 pro seu

Chico; dá só pro consumo. Nas fruta e na batata tenho uma porcentagem na venda, não sei quanto é que posso tirar pra comer (...). O trabalho não é ruim não, a minha categoria é que não dá pra caçar serviço melhor.

Eu só continuo onde tá dando pra mim, é queimar o chão, e não adianta teimar onde não dá. O mundo dá muitas voltas, às vezes penso em ficar por aqui e amanhã pronto! Por enquanto vou ficar, mas as vezes não posso ficar porque o lugar não é meu ...".

Nos lotes rurais explorados para fins improdutivos de especulação e lazer, o percentual de utilização de assalariados é o mais elevado de todos. Em média 91,9% do total das explorações utiliza assalariados fixos. Mas apenas 29,7% deste total utiliza empreiteiros e diaristas. (ver tabelas nº 22 e 23)

Com relação ao número de assalariados contratados, observamos que a maior concentração é a utilização de apenas 1 trabalhador por lote rural. Aproximadamente 85,3% do total das explorações so utiliza 1 assalariado permanente. O mesmo ocorre com a contratação de empreiteiros e diaristas onde 63,6% dos lotes improdutivos utiliza ocasionalmente 1 tarefeiro em suas explorações. (ver tabelas nº 24 e 25)

O baixo percentual de utilização da mão de obra não permanente encontra sua explicação na própria natureza das explorações improdutivos. Os arrendatários quase não necessitam de tarefeiros porque não desenvolvem atividades que exijam a utilização de muitos trabalhadores. Os tarefeiros so contratados somente para os trabalhos de limpeza e conservação do lote.

Aliás as atividades de conservação e limpeza so as dominantes nos lotes improdutivos, tanto para os tarefeiros como para os assalariados fixos. Estes últimos, mais conhecidos como caseiros ou zeladores so os responsáveis diretos pela manutenção dos lotes. A maioria dos caseiros recebe de Cr\$ 400,00 a Cr\$ 600,00 por mês e as vezes mais um "agrado" pelos trabalhos de fins de semana, quando o arrendatário vem com a família e os amigos para o lote. Apenas 25,0% do total dos caseiros possui carteira de trabalho assinada e alguns esto classificados como empregados domésticos. Normalmente é permitido ao trabalhador cultivar sua pequena roça e retirar do lote as frutas e os legumes para seu consumo.

"Ainda não foi combinado tudo. Ganho Cr\$ 500,00 por mês e posso tirar frutas para o consumo e vender algumas, mas so algumas."
(Caseiro - Sobradinho 1)

Nos lotes que se encontram praticamente abandonados a situação do caseiro é mais difícil e o pagamento é muito irregular pois "o patrão quase nunca aparece para acertar as contas". Então o trabalhador procura outras fontes de rendimento (principalmente como diarista) para garantir sua sobrevivência e a de sua família.

"Antes a chácara era do meu pai que era agregado aqui no Rio Preto. Ele vendeu faz dois anos pra o atual dono. Ele (o dono) combinou que se eu se interessasse de ficar ganhando Cr\$ 150,00 para feragem (pra olhar), que eu ficasse. Ele deixa plantar e disse que eu podia virar por ai. Eu trabalho para os outros e ganho Cr\$ 10,00 a Cr\$ 15,00. Alguns pagam mais outros não pagam não, eu vou pra uns e vou pra outros. Os mais pobre não tem dinheiro e então ganho uma garrafa de gordura ou meia quarta de arroz pela diária (...) Fui procurar trabalho porque o dinheiro não dava pra nada, a gente pensa que vai ganhar por mais e ganha por menos." (Caseiro - Rio Preto)

CONCLUSÃO

=====

A forma pela qual desenvolvemos o estudo dispensa uma apresentação mais detalhada da conclusão. Resumiremos aqui somente as principais constatações que a análise empírica nos permitiu observar.

Foi possível observar principalmente os seguintes pontos:

- Existe uma defasagem entre os objetivos da política e os instrumentos utilizados para seu controle. De fato, os programas assistenciais não são suficientes para produzir as condições necessárias ao funcionamento dos núcleos rurais. Vimos que cada um dos programas funciona isoladamente, segundo objetivos próprios e não segundo as condições reais da formação social onde eles atuam.

- Apesar da formação de um mercado consumidor e do predomínio de lotes que produzem mercadorias, a produção dos núcleos rurais não atende aos objetivos de abastecimento. Foi observado que, principalmente, a deficiência das condições de produção dos agricultores do DF, as dificuldades de acesso ao mercado local e a monopolização da comercialização por outras regiões que produzem com custos menos elevados e em grande escala, gera situações extremamente desfavoráveis para os produtores locais.

- Por outro lado, o sistema de arrendamento tem estimulado o aparecimento de desigualdades crescentes entre os habitantes dos núcleos rurais. A própria formação de núcleos rurais e as condições de acesso aos lotes, resultaram na expulsão do pequeno produtor e no acesso do empresário.

- O processo de acumulação do capital e a garantia da posse dos lotes rurais repousam basicamente na exploração do trabalhador rural.

Com base nesses pontos podemos concluir que a tentativa de formação de um "cinturão verde" no Distrito Federal é inviável e não atende aos objetivos de abastecimento e de formação de "comunidades produtivas". Ela é uma política de pequeno número e pequenos espaços e que, em decorrência de seus próprios objetivos e dos condicionamentos sociais, econômicos e políticos da sociedade brasileira, não tem condições de se tornar abrangente.

Evidentemente, o estudo da formação de "cinturões verdes" não se resume aos aspectos aqui apresentados. Uma análise sistemática da natureza e funcionamento dos núcleos rurais exigiria que o estudo fosse realizado em diferentes momentos, permitindo assim uma melhor compreensão de sua dinâmica interna e das tendências de seu desenvolvimento.

Nossa intenção é a de que a análise que realizamos possa servir como quadro de referência para estudos posteriores sobre a agricultura no Distrito Federal, principalmente quando pudermos trabalhar numa faixa de estudos comparativos.

NOTAS E REFERÊNCIAS
=====

1. MARX, Karl - Contribuição para crítica da Economia Política - Lisboa, Trad. Maria Helena Barreiro Alves. Editora Estampa, 1971. Prefácio da crítica da Economia Política, p. 28
2. PASTORE, José e Outros - "A Agricultura e o Homem no Distrito Federal, Brasil", Ministério da Agricultura, Escritório Central de Planejamento e Controle. Relatório nº 01 Junho de 1969
3. PASTORE, José, op. cit., p.2
4. Invasores "... considerados todos os agricultores que trabalham em terras sem nenhuma regularização legal, muitas vezes sem mesmo a promessa de arrendamento..."
Colonos "... considerados aqui para efeito de estudo os arrendatários que receberam lotes das agências governamentais, bem como o pequeno grupo de proprietários rurais e também alguns meeiros que, como os primeiros estão em vias de receber as terras devidamente regularizadas." PASTORE, José. op. cit., p. 11
5. PASTORE, José, op. cit., p. 4
6. Pelo fato de Vargem Bonita reunir muitas das condições necessárias para um melhor funcionamento como núcleo (arrendamento regularizado, elevada utilização de tecnologia e capital, produção voltada para o mercado) e, portanto, atender em parte aos objetivos da política de abastecimento, decidimos então utilizar esse núcleo para a aplicação de nosso pré-teste.
7. O núcleo rural de Guariroba foi anexado ao núcleo rural de Taguatinga, formando assim um só conjunto de lotes.
8. Formosa, por exemplo, teve início com um posto fiscal instalado próximo da Lagoa Feia e só depois da construção de ranchos é que teve seu crescimento assegurado. Mesmo assim condicionado ao movimento das tropas da Bahia e Minas Gerais, quando encontravam cargas para retorno.
Em Planaltina, a primeira penetração foi realizada pela Bandeira de Anhanguera. E só em 1812 é que se deu início a sua vida político-administrativa. Esse município foi considerado o maior criador de boiadas da região.

9. "A agro-colonizadora do senhor Hugo Bojhi não estava mais atuando naquele ano. Sua produção escoar-se por transporte aéreo (grifo nosso) e tem dez mil alqueires de terra em pleno plantio sob a direção de agrônomos e por processos mecânicos. (...) Espera-se poder vender 200 lotes de 50 hecta res aos seus colonos, facilitando-lhes pagamentos. Todos os colonos te rão suas casas com o conforto e higiene das cidades..." (in ZOROASTRO, Ar tiaga - "Geografia Econômica, Histórica e Descritiva do Estado de Goiás - tipografia Triângulo - tomo I, 1951, pp. 288-291).

10. "(...) Nutrimos pois a convicção de que a zona demarcada apresenta a ma ior soma de condições favoráveis possíveis de se realizar, e próprias pa ra nela edificar-se uma grande capital, que gozará de um clima temperado, abastecida com águas potáveis abundantes, situadas em regiões cujos os terrenos, convenientemente tratados (grifo nosso) prestar-se-ão às mais importantes culturas (...)"

"(...) As culturas de cereais e de tubérculos e de leguminosas são já ex ploradas com altos rendimentos na região, mais para consumo local que pa ra exportação, devido às dificuldades de transporte; com a mudança da ca pital elas poderiam ser aumentadas muitas vezes e encaminhadas para o seu abastecimento com maiores vantagens aos produtores e menores preços aos consumidores (grifo nosso). Pelos mesmos motivos dar-se-á a multiplica ção de muitas outras atividades agrícolas locais, hoje de reduzidas sa fras apesar das condições favoráveis, como as culturas frutícolas, hortí culas, as de trigo, de cana de açúcar (...)" - in SILVEIRA, Peixoto da - A Nova Capital - porque, para onde e como mudar a Capital Federal - Ed. Pongetti (não especificado o ano e o Estado), Fertilidade e Condições Na turais do planalto. pp. 179 a 181

11. IBGE, Geografia do Brasil: Grande Região Centro-Oeste, Rio de Janeiro - 1960, vol. II, Biblioteca Geográfica Brasileira, Publicação nº 16, organi zado por Marília Veloso Galvão, pp. 4 e 5

12. Lei nº 2.874 de 19/09/56 - in SILVEIRA, Peixoto da, op. cit., pp. 303-310

13. Lei nº 2.874 de 19/09/56 - in SILVEIRA, Peixoto da, op. cit., Dispõe so bre a mudança da Capital Federal e dá outras providências - Capítulo III Disposições Gerais e Finais, p. 309

14. Decreto nº 2.739 de 16 de Outubro de 1974 - G.D.F - in Distrito Federal, Brasília, 18.10.1974, pp. 3 e 4

15. Decreto nº 2.739 - op. cit., Artigo 5º § 2º, p. 3

16. Decreto nº 2.739 - op. cit., Artigo 9º, p. 4

17. Decreto nº 163 de 26 de fevereiro de 1962 - P.D.F - Parágrafo Único - Folha 2
18. Decreto nº 2.739 - op. cit., - artigo 12º, p. 4
19. Decreto nº 163 - op. cit., - artigo 8º folha 2
20. Decreto nº 2.739 - op. cit., - artigo 10º, página 4
21. Resolução nº 06 de 28 de Março de 1957 - NOVACAP, artigo 3º - in Diário Oficial de 29 de Março de 1957, Folha nº 20.830
22. Decreto nº 2.739 - op. cit., - artigo 7º § 2º, p. 4
23. Decreto nº 2.739 - op. cit., - artigo 20º e 21º p. 4
24. Convém deixar claro que nossa compreensão do sentido da atividade - empresarial e não empresarial - não é analisada aqui a nível da ação individual, mas ao nível do agente de produção subordinado as relações sociais de produção existentes na formação social em estudo. "Os papéis econômicos desempenhados pelas pessoas constituem apenas personificação das relações econômicas que elas representam, ao se confrontarem" - MARX, K. - O Capital (Crítica da Economia Política) livro 1 tomo 1 cap. II - O Processo de Troca p. 95. Ed. Civilização Brasileira, Rio, 1975.
25. Em nossa caracterização das condições e limitações do crédito e da utilização irregular de mecanizados e adubos nas explorações, não estamos querendo apresentar uma visão simplista de que as formas de exploração dos lotes rurais seriam economicamente viáveis aos objetivos de abastecimento local apenas com a "injeção" de crédito e a introdução de tecnologia. Não estamos pressupondo a necessidade de programas modernizantes, mas apenas analisando qual o nível das condições de produção existentes em cada forma específica de exploração econômica e qual a realidade e a natureza dos programas assistenciais desenvolvidos no Distrito Federal.

TABELA Nº 01
RELAÇÃO DA ÁREA DOS NÚCLEOS RURAIS DO DISTRITO FEDERAL
(Já projetados)

NÚCLEOS RURAIS	Nº LOTES	TAMANHO (Ha)
Taquara - Pípirípau	199	7.335,00
Vargem da Benção	49	3.760,00
Monjolo	22	1.680,00
Sobradinho 2	42	1.780,00
Sobradinho 1	56	3.480,00
Rio Preto	151	14.700,000
Tabatinga	150	7.973,00
Santa Maria	18	699,80
Alagado	27	1.213,00
Taguatinga	73	3.217,50
Ponte Alta	184	2.180,00
Rajadinha-Estanislau	76	2.607,00
Vargem Bonita	63	2.163,60
T O T A L	1.110	52.788,90

FONTE: Fundação Zoobotânica do Distrito Federal - Secretária
de Agricultura e Produção - G.D.F. - 1975

TABELA Nº 02

DIVISÃO DAS REGIÕES DO DISTRITO FEDERAL

1ª Região	Brasília	Vargem Bonita Mansões Invasões
2ª Região	Gama	Alagado Ponte Alta Santa Maria Monjolo Vargem da Benção
3ª Região	Taguatinga	Taguatinga Guariroba
4ª Região	Brazlândia	Picag - Parcelas
5ª Região	Sobradinho	Sobradinho 1 Sobradinho 2
6ª Região	Planaltina	Taquara - Pípiripau Santa Rita Capim Puba
7ª Região	Paranoá	Papuda São Bartolomeu Paranoá
8ª Região	Jardim	Rio Preto Tabatinga Estanislau Rajadinha

FONTE: Serviço de Cadastro Rural - Departamento de Economia Rural - G.D.F - SAP - FZDF

TABELA Nº 03

ÚLTIMO LUGAR DE RESIDÊNCIA DOS INFORMANTES ANTERIOR AO TRABALHO NO LOTE- DF 1975

Especificação	Valores Absolutos	Valores Percentuais
Sempre residiram no lote	9	7,1
Vieram de outros Núcleos Rurais DF	14	11,1
Vieram de outras regiões DF	26	20,7
Vieram das cidades satélites DF	25	19,8
Vieram de outros Estados	45	35,8
Outras situações (a)	7	5,5
T O T A L	126	100,0

(a) não responderam
vieram de outros países

TABELA Nº 04

SITUAÇÃO DOS LOTES RURAIS PESQUISADOS QUANTO A REGULARIZAÇÃO DA POSSE - DF 1975

Especificação	Valores Absolutos	Valores Percentuais
Regularizados	40	65,6
Em regularização	7	11,5
Outras situações (a)	14	22,9
T O T A L	61	100,0

(a) não souberam informar
 lotes invadidos
 lote em fase de venda dos direitos

TABELA Nº 05

NÚMERO DE LOTES POR PESSOA - NÚCLEOS RURAIS - DF. 1975

Nº DE LOTES/PESSOA	VALORES ABSOLUTOS	VALORES PERCENTUAIS
1	110	87,3
2	9	7,1
3	1	0,8
5	1	0,8
Outras situações (a)	5	4,0
T O T A L	126	100,0

(a) lotes com mais de um ocupante

TABELA Nº 06

RESUMO DO MOVIMENTO GERAL DO SERVIÇO ESPECIAL DE REVENDA DE MATERIAL AGROPECUÁRIO

RIO DE 1969 A 1973 - EM Cr\$

ESPECIFICAÇÃO	A N O S				
	1969	1970	1971	1972	1973
Venda Total	1.213.273,96	1.284.356,71	3.249.664,78	4.298.559,26	7.886.410,34
Compra	1.048.731,40	1.272.855,14	3.320.322,46	3.612.462,77	6.486.404,76
Estoque em 31/12	508.697,66	742.971,21	1.601.806,82	2.033.064,27	2.537.146,42*

FONTE: Quadro XXX - SERMA - G.D.F - SAP - Relatório 1970/73 p. 116

*Dado sujeito a retificação

TABELA Nº 08

NÍVEIS DE ESCOLARIZAÇÃO DA POPULAÇÃO EM IDADE DE FREQUENTAR O CURSO PRIMÁRIO
(6 - 14 ANOS) NÚCLEOS RURAIS - DF

ESPECIFICAÇÃO	Membro família dos arrendatários		Membro família dos tomadores de conta	
	V. ABSOLUTOS	V. PERCENTUAIS	V. ABSOLUTOS	V. PERCENTUAIS
2º Grau	4	6,9	-	-
1º Grau	48	82,8	29	35,4
Sem escolarização	6	10,3	53	64,6
T O T A L	58	100,0	82	100,0

TABELA Nº 09

UTILIZAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO DA POPULAÇÃO EM IDADE DE FREQUENTAR O CURSO PRIMÁRIO
(6 - 14 ANOS) NÚCLEOS RURAIS - 1975

ESPECIFICAÇÃO	Membro família dos arrendatários		Membro família dos tomadores de conta	
	V. ABSOLUTOS	V. PERCENTUAIS	V. ABSOLUTOS	V. PERCENTUAIS
Ajuda na produção	24	41,4	43	52,4
Não ajuda na Produção	34	58,6	39	47,6
T O T A L	58	100,0	82	100,0

TABELA Nº 10

DISTRIBUIÇÃO DOS INFORMANTES COM RELAÇÃO AO NÍVEL DE ESCOLARIDADE - NÚCLEOS RU
RAIS - DF - 1975

Especificação	Valores Absolutos	Valores Percentuais
Nenhuma escolaridade	29	23,0
Assina o nome e lê alguma coisa	11	8,7
1º Ciclo (a)	60	47,8
2º Ciclo	7	5,5
Nível Superior	11	8,7
Outro (b)	8	6,3
T O T A L	126	100,0

(a) Distribuição dos informantes do 1º Ciclo : Primário - 82,5%
Ginásio - 17,5%

(b) Outro: Nível técnico
Mobral
Estuda por conta própria

TABELA Nº 11

DISTRIBUIÇÃO DOS MEMBROS DA FAMÍLIA COM RELAÇÃO À ESCOLARIDADE - NÚCLEOS RURAIS
DF - 1975

Especificação	Valores Absolutos	Valores Percentuais
Nenhuma escolaridade	80	15,1
Assina o nome e lê alguma coisa	17	3,2
1º Ciclo (a)	224	42,5%
2º Ciclo	39	7,4
Supletivo	14	2,6
Superior	19	3,6
Não se aplica (menor)	116	22,0
Outros (b)	19	3,6
T O T A L	528	100,0

(a) primário - + de 80%

(b) escola de excepcionais
não especificou a escolaridade
pré-vestibular

TABELA Nº 12

DISTRIBUIÇÃO DOS LOTES RURAIS PESQUISADOS (EM GRUPOS DE ÁREA) DF - 1975

Especificação (hectare)	Valores Absolutos	Valores Percentuais
Menos de 30	35	27,8
30 ----- 60	39	30,9
60 ----- 90	24	19,0
90 ----- 120	22	17,5
120 ----- 150	2	1,6
150 ou mais	4	3,2
T O T A L	126	100,0

TABELA Nº 14

DISTRIBUIÇÃO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA COM RELAÇÃO A DESTINAÇÃO DOS PRODUTOS CULTIVADOS DF - 1975 %

	Consumo	Comercialização	Outras Situações (a)
FRUTICULTURA	55,0	19,2	25,8
HORTICULTURA	33,7	55,1	11,2

(a) não respondeu
perdeu tudo
destinação mista

TABELA Nº 17

CARACTERIZAÇÃO DA ATIVIDADE DE CRIAÇÃO (POR LOTE PESQUISADO) DF - 1975

CALCULADO SOBRE TOTAL CABEÇAS	GALINÁCEOS		SUINOS		BOVINOS	
	V.A.	%	V.A.	%	V.A.	%
Até 10	6	9,1	20	41,7	14	29,8
10 ----- 30	17	25,7	17	35,4	22	46,9
30 ----- 50	12	18,2	4	8,3	8	17,0
50 ----- 70	12	18,2	7	14,6	1	2,1
Mais de 70	19	28,8	-	-	2	4,2
T O T A L	66	100,0	48	100,0	47	100,0

TABELA Nº 20

UTILIZAÇÃO DOS PRINCIPAIS IMPLEMENTOS MECANIZADOS (NÚCLEO RURAL) DF - 1975

Especificação	% de utilização dos implementos me canizados sobre o total de lotes pes quisados (por categoria)
Lotes rurais explorados c/fins produtivos	
Ec. de mercado nível empresarial	100,0
Ec. de mercado não empresarial	61,7
Ec. de subsistência	0,0
Lotes rurais explorados c/fins improdutivos	21,6

TABELA Nº 21

CARACTERIZAÇÃO DOS TIPOS DE EXPLORAÇÃO COM RELAÇÃO AO ACESSO AO CRÉDITO RURAL

Especificação	% dos que conseguiram financiamento sobre o total de lotes pesquisados (por categoria)
Lotes rurais explorados c/fins produtivos	
Ec. de mercado nível empresarial	84,2
Ec. de mercado não empresarial	41,2
Ec. de subsistência	10,0

TABELA Nº 22

CARACTERIZAÇÃO DA UTILIZAÇÃO DE ASSALARIADOS PERMANENTES NOS LOTES RURAIS
DF - 1975

Especificação	% dos lotes que utiliza assalariados fixos sobre o total dos lotes pesquisados (por categoria)
Lotes rurais explorados c/fins produtivos	
Ec. de mercado a nível empresarial	84,2
Ec. de mercado não empresarial	65,0
Ec. de subsistência	10,0
Lotes rurais explorados c/fins improdutivos	91,9

TABELA Nº 23

CARACTERIZAÇÃO DA UTILIZAÇÃO DE ASSALARIADOS NÃO PERMANENTES NOS LOTES RURAIS
DF - 1975

Especificação	% dos lotes que utiliza assalariados não permanentes sobre o total dos lotes pesquisados (por categoria)
Lotes rurais explorados c/fins produtivos:	
Ec. de mercado a nível empresarial	78,9
Ec. de mercado não empresarial	60,0
Ec. de subsistência	20,0
Lotes rurais explorados c/fins improdutivos	29,7

TABELA Nº 24

CARACTERIZAÇÃO DA MÃO DE OBRA PERMANENTE - (Nº DE TRABALHADORES/LOTE) DF - 1975

Especificação	1	2 - 6	mais de 6	TOTAL%
Lotes rurais explorados c/fins produtivos				
Ec. de mercado a nível empresarial	18,7	68,8	12,5	100,0
Ec. de mercado não empresarial	69,2	30,8	0,0	100,0
Ec. de subsistência	100,00	0,0	0,0	100,0
Lotes rurais explorados para fins improdutivo	85,3	14,7	0,0	100,0

TABELA Nº 25

CARACTERIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA NÃO PERMANENTE - (Nº DE TRABALHADORES/LOTE) DF-1975

Especificação	1	2 - 8	mais de 8	TOTAL%
Lotes rurais explorados c/fins produtivos				
Ec. de mercado empresarial	13,3	73,4	13,3	100,0
Ec. de mercado não empresarial	36,1	61,2	2,7	100,0
Ec. de subsistência	100,0	0,0	0,0	100,0
Lotes rurais explorados c/fins improdutivo	63,6	36,4	0,0	100,0

BIBLIOGRAFIA

=====

1. ALTHUSSER, Louis et BALIBAR, Etienne - Lire le Capital, Paris, Librairie François Maspero, 1967.
2. BARROS DE CASTRO, Antonio - 7 ensaios sobre a economia brasileira - agricultura e desenvolvimento no Brasil, Rio de Janeiro, Forense, 2^a ed, volume 1, 1972.
3. BARTRA, Roger - El modo de producción asiático - problemas de la historia de los países coloniales, Mexico, El hombre y su tiempo, Ediciones Era, 1967.
4. BARTRA, Roger - "Modos de producción y estructura agraria en Mexico"; Revista Latinoamericana de pensamiento marxista, Historia y Sociedad, (nº 1, 1974) pp. 23 - 30
5. CARVALHO FRANCO, Maria Sylvia - Homens livres na ordem escravocrata - São Paulo, Ed. Ática, Ensaio 3, 1973
6. CIBOTTI, Ricardo y SIERRA, Enrique - El sector público en la planificación del desarrollo, México, Textos del Instituto Latinoamericano de planificación económica y social, Siglo Veintiuno Ed. S.A., 4^a ed. 1975
7. COSTA PINTO, L. A. - Sociologia e Desenvolvimento - Temas e problemas de nosso tempo, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 5^a ed, 1973.
Terceira parte - Cap. IX - A estrutura da Sociedade Rural Brasileira - pp. 258 - 297
8. DORNER, Peter - La reforma agraria en América Latina: problemas e casos concretos, Mexico, Ed. Diana, Trad. Mayo Antonio Sánchez G., 1974
9. EPSTEIN, David G. - Brasília, plan and reality: a study of planned and spontaneous urban settlement - California, University of California Press, 1973.
10. FURTADO, Celso - Análise do "Modelo" brasileiro - Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1972
11. GARANVAGLIA, Juan Carlos Sempat & outros - Modos de producción en América Latina, Córdoba, Cuadernos de Pasado y Presente/40, 1973

12. GARCIA, Antonio - Reforma Agraria y Economia Empresarial en América Latina, Chile, Editorial Universitaria S.A., Colección Imagen de América Latina, vol. 2, 1967
13. GOMES DA SILVA, José - A Reforma Agrária no Brasil: frustração camponesa ou instrumento de desenvolvimento? Rio de Janeiro. Ed. Zahar, 1971
14. GONZALES, Élbio e BASTOS, Maria Inês - O trabalho volante na agricultura brasileira - Série Sociológica 6, Fundação Universidade de Brasília, Departamento de Ciências Sociais, 1975
15. GULTEMAN, Michel - Capitalismo y reforma agrária en Mexico, Mexico, Colección Problemas de Mexico, Ediciones Era, 1974.
16. KARSZ, Saul - Théorie et politique: Louis Althusser, Paris, Fayard, 1974
17. KAUTSKY, Karl - A Questão Agrária, Porto, Portucalense Ed. Trad. João Antunes, Vols I e II, 1972
18. LAFER, Qlso - "Estado e Sociedade no Brasil: problemas de planejamento". - ARGUMENTO - Revista mensal cultural, (Ano 1, nº 2, novembro, 1973) Ed. Paz e Terra. pp. 33-45
19. LUXEMBURG, Rosa - A acumulação do capital - Estudo sobre a interpretação e conômica do imperialismo, Rio de Janeiro, ZAHAR Ed., Trad. Moniz Bandeira 1970.
- Caps XXVII, XXVIII e XXIX, pp. 317 - 364
20. MARTINS, José de Souza - A imigração e a crise do Brasil agrário, São Paulo, Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais, 1973
21. MARTINS, José de Souza - Capitalismo e tradicionalismo = estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil, São Paulo, Pioneira, 1975
22. MARX, Karl - A acumulação primitiva do capital, Porto, Publicações Escorpião, trad. Alberto Saraiva, Cadernos O Homem e a Sociedade, 1974
23. MARX, Karl - Contribuição para crítica da Economia Política, Lisboa, Ed. Estampa, trad. Maria Helena Barreiro Alves, 1971
24. MARX, Karl - Economia Política e Filosofia, Rio de Janeiro, Melso S.A Ed. trad. Sylvia Patrícia, 1963
25. MARX, Carlos - Formas que precedem a la producción capitalista, Córdoba, Cuadernos de Pasado y Presente/20, 1972

26. MARX, Carlos - Introducción general a la crítica de la economía política 1857, Córdoba, Cuadernos de Pasado y Presente/01, 1973
27. MARX, Karl - O capital - crítica da economia política, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 6 volumes, trad. Reginaldo Sant'Anna, 1970, 1974, 1975.
28. MELLOR, John W. - Economía del desarrollo agrícola, Mexico, Ed. Fondo de Cultura Económica, trads Guilherme Cárdenas y José Luiz Pérez Hernández, 1970.
29. MELLO, Maria da Conceição D'Incao e - O "Boia-Fria: acumulação e miséria - Petrópolis, Vozes, 2^a ed., 1975
30. PASTORE, José & Outros - A Agricultura e o Homem no Distrito Federal. Br - relatório preliminar de uma investigação sociológica, Brasília, Ministério da Agricultura, junho, 1969.
31. PATRICK, George F. - "Desenvolvimento Agrícola do Nordeste", Coleção relatórios de pesquisa, Instituto de Planejamento Econômico e Social IPEA, Rio de Janeiro, Nº 11, 1972
32. PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Izaura - O Campesinato Brasileiro - ensaios sobre a civilização e grupos rústicos no Brasil, São Paulo, Vozes, Ed. da Universidade de São Paulo, 1973.
33. PRADO JUNIOR, Caio - A Revolução Brasileira, São Paulo, Brasiliense, 2^a ed, 1966
34. RICARDO, David - Principios de Economía Política y Tributación, Mexico, Ed. Fondo de Cultura Económica, 1959
35. RUBIN, Isaak Illich - Ensayos sobre la Teoría marxista del valor, Córdoba Cuadernos de Pasado y Presente/53, 1974
36. SÁ Jr., Francisco - "O Desenvolvimento da agricultura nordestina e a função das atividades de subsistência, Seleções CEBRAP, São Paulo, (nº 01 - 1975), Ed. Brasiliense, pp. 79-133
37. SILVEIRA, Peixoto da - "A Nova Capital - porque, para onde e como mudar a Capital Federal - Ed. Pongetti
38. SOUZA, Antonio Candido de Mello e - Os parceiros do Rio Bonito, Rio de Janeiro, Livraria José Olímpio Ed., 1964

39. STAVENHAGEN, Rodolfo - Las clases sociales en las sociedades agrárias, México, Siglo Veintiuno Ed. 5^a ed., 1973
40. STAVENHAGEN, Rodolfo - "Agrarian reform and conter-reform", Agrarian Problems & Peasants Movements in Latin America, Edited by Stavenhagen, Rodolfo, Anchor Books Ed., (1970) pp. 225 - 270
41. SZMRECSÁNYI, Tomás & Outros - Vida Rural e Mudança Social: leituras básicas de sociologia rural, por Tomás Szmrecsanyi e Oriowaldo Queda, São Paulo, Ed. Nacional, 1973
42. TERRAY, E. Le Marxisme devant les sociétés primitives, Paris, Librairie François Maspero, 1969.
43. VELHO, Octávio Guilherme C.A. - "Análise preliminar de uma frente de expansão da sociedade brasileira, Revista do Instituto de Ciências Sociais Universidade Federal do Rio de Janeiro, (Vol IV, nº 01, Jan/Dez. 1967) pp. 27-39.
44. ZENTENO, Raúl Benítez - Las clases sociales en America Latina, México, Siglo Veintiuno Ed. S.A., Instituto de Investigaciones Sociales, Universidad Nacional Autónoma de México, 1973
45. ZOROASTRO, Artiaga - Geografia Econômica, Histórica e Descritiva do Estado de Goiás - Tipografia Triângulo, Tomos I e II, 1951

PUBLICAÇÕES:

1. Publications de l'Institut d'Étude du Développement Économique et Social - Problèmes Agraires, Études "Tiers Monde", Presses Universitaires de France, Paris, 1969
2. Revista Brasileira de Geografia - A área rural do Distrito Federal, Ano 33, Vol. 1, Jan/mar, 1971,
3. IBGE - Geografia do Brasil: grande região Centro-Oeste, Rio de Janeiro, (Vol II, nº 16) Biblioteca Geográfica Brasileira, Marília Veloso Golvas (organizadora)
4. Publicações do Governo do Distrito Federal
 - Diagnóstico do abastecimento de produtos alimentícios do Distrito Federal, G.D.F, CODEPLAN, 1968, Tomos 1, 2, 3 e 4.

- Diagnóstico do espaço natural do Distrito Federal, GDF, CODEPLAN, 1971
- Levantamento de dados sobre o abastecimento de produtos hortifrutigranjeiros no Distrito Federal, GDF, CODEPLAN, 1971
- Plano agropecuário do Distrito Federal: objetivos gerais e específicos, GDF, Secretaria da Agricultura e Produção - Relatório - 1970/1973.

DECRETOS E RESOLUÇÕES

- Resolução nº 06 de 28/03/57 - NOVACAP
- Resolução nº 20 de 21/10/59 - NOVACAP
- Decreto nº 123 de 26/02/62 - NOVACAP
- Resolução nº 28 de 09/12/63 - NOVACAP
- Decreto nº 275 de 15/01/64 - P.D.F.
- Lei nº 4.771 de 15/09/65
- Resolução nº 44 de 16/03/66 - NOVACAP
- Lei nº 5.106 de 02/09/66
- Decreto-Lei 289 de 28/02/67
- Resolução nº 57 de 16/08/67 - NOVACAP
- Lei nº 5.364 de 01/12/67
- Decreto nº 1.052 de 29/07/69 - P.D.F.
- Decreto nº 1.521 de 24/11/70 - GDF
- Decreto nº 1.581 de 29/12/70 - GDF
- Decreto nº 2.739 de 16/10/74 - GDF
- Minuta do contrato de arrendamento e cessão de direito.